

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO TECNOLÓGICO – ESCOLA DE ENGENHARIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SISTEMAS DE GESTÃO

JOSÉ CARLOS CARVALHO MOURÃO

**QUALIDADE DAS CONDIÇÕES DE ENSINO NO PROGRAMA DE
INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO
DE CASO COM BASE NA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E
CIÊNCIAS CONTÁBEIS, EM MACAÉ - RJ**

Niterói
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ CARLOS CARVALHO MOURÃO

**QUALIDADE DAS CONDIÇÕES DE ENSINO NO PROGRAMA DE
INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO
DE CASO COM BASE NA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E
CIÊNCIAS CONTÁBEIS, EM MACAÉ - RJ**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Sistemas de Gestão. Área de concentração: Sistema de Gestão pela Qualidade.

Niterói
2007

JOSÉ CARLOS CARVALHO MOURÃO

**QUALIDADE DAS CONDIÇÕES DE ENSINO NO PROGRAMA DE
INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO
DE CASO COM BASE NA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E
CIÊNCIAS CONTÁBEIS, EM MACAÉ - RJ**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Sistemas de Gestão. Área de concentração: Sistema de Gestão pela Qualidade

Aprovado em

Prof. Luís Perez Zotes, D.Sc. – **Orientador**
Universidade Federal Fluminense

Dedico este trabalho

A minha família, em especial a meus filhos, Pedro e Lígia.

A Elaine de Jesus Pajuaba, que não mediu esforços em ajudar-me, pela compreensão, a quem deixei de dispensar a devida atenção por força deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tudo que sou, pelo dom da vida e saúde que possibilitaram a realização desse trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luiz Perez Zotes, pelas orientações prestadas, pela paciência e pela dedicação.

A todos os meus professores do Mestrado, pelo conhecimento que compartilharam ao longo do curso.

Ao professor Doutor Dryden Arezzo pela valiosa orientação e ajuda inestimável na análise da documentação oficial do Ministério da Educação sobre avaliação do ensino superior no Brasil.

Ao professor Alberto Santos Lima Filho, pela contribuição e colaboração.

À professora Maria Eny Carvalhal Rodrigues, pelos esclarecimentos prestados.

Aos meus colegas do mestrado, que contribuíram em muito para o meu aperfeiçoamento.

À FUNEMAC, pelo apoio dispensado e pelo material disponibilizado.

“Na atual situação brasileira, o problema da construção da qualidade acadêmica é colocado para as instituições de ensino superior públicas e privadas da seguinte maneira: se a crise atual do ensino superior caracterizou-se, num determinado momento, como uma crise de expansão, hoje ela é, acima de tudo, uma crise de qualidade. Por isso, uma das prioridades do Ministério da Educação é implantar uma verdadeira e sólida cultura avaliativa que traga como consequência a melhoria dos padrões do ensino superior” (MEC).

RESUMO

A Universidade Federal Fluminense (UFF) sempre teve uma vocação para interiorização, principalmente por ter sido criada ainda ao tempo do antigo estado do Rio de Janeiro, antes da fusão deste com o estado da Guanabara. A criação das primeiras unidades interioranas – Pádua, Campos e Volta Redonda – com a implantação dos cursos de Licenciatura em Matemática (Pádua), Serviço Social (Campos) e Engenharia Metalúrgica (Volta Redonda) reporta-se ainda, aos primeiros momentos da nova unidade federativa. Somente nos anos 90 a UFF voltaria ao interior com a criação dos cursos de Pedagogia em Angra dos Reis, Administração em Macaé e Itaperuna, e Ciências Contábeis, em Macaé e Miracema, e, posteriormente em Cabo Frio. Para implementar a Unidade de Macaé foi firmado um convênio que seria renovado a cada dois anos, onde caberia à instituição federal a “organização didático-pedagógica” do corpo docente e toda a programação, semelhante à sede central em Niterói. Caberia, à Prefeitura Municipal, fornecer o local para funcionamento da nova Unidade com as respectivas instalações. À UFF ficou a responsabilidade de implantar o laboratório de informática e a biblioteca com o respectivo acervo. Passados quinze (15) anos de execução, várias turmas de Administração e Ciências Contábeis entraram no mercado profissional. O objetivo desse trabalho é avaliar e conhecer a percepção dos alunos em relação à qualidade dos cursos que lhes são oferecidos. O Referencial Teórico encontra-se estruturado em função de 3 (três) indicadores: avaliação, qualidade e avaliação da qualidade no ensino superior. O resultado foi bastante satisfatório, quando considerado o nível de conhecimento dos professores e os conteúdos ministrados. Entretanto, fizeram severas críticas às instalações e equipamentos de informática, assim como ao acervo bibliográfico. Da mesma forma, os professores apresentaram um quadro favorável dos cursos em relação aos alunos, mas fizeram críticas ao laboratório de informática, desatualizado e insuficiente para o número de usuários. Entrevistas com pessoas que participaram diretamente da implementação dos cursos revelaram também críticas em relação às condições das instalações e acervo. Por ser um estudo exploratório, não comporta hipóteses. O método utilizado foi a pesquisa de campo via survey (sondagem), sendo os instrumentos a aplicação de questionários e entrevistas. Concluímos que o convênio deve ser revisto: a UFF e a Prefeitura Municipal devem buscar um modelo definitivo para a Unidade de Macaé, e recomendamos uma parceria que teria a colaboração da Petrobrás.

Palavras-chave: Avaliação, Qualidade, Ensino Superior.

ABSTRACT

Universidade Federal Fluminense (UFF) always had a vocation for interiorization mainly for being created at the time of the old state of Rio de Janeiro, before its merger with the state of Guanabara. The development of the first interior units was at Padua, Campos, and Volta Redonda. The implantation of the courses of Degree in Mathematics (Padua), Social Service (Campos), and Engineer (Volta Redonda) is related still, to the first moments of the new federal unit. Only in the nineties UFF would return to the interior with the creation of the courses of Education in Angra dos Reis, Administration (Management) in Macaé and Itaperuna, and Accounting Sciences, in Macaé and Miracema, and, later in Cabo Frio. To implement the Unit of Macaé it was signed an agreement that would be renewed every two years, where it would fall to the federal institution the "didactic-pedagogic organization" of the faculty and the complete programming, similar to the central headquarters in Niterói. The Municipal City Hall was charged with the building of the new Unit with the respective facilities as UFF took the responsibility for implanting the computer science laboratory and the library with the respective total assets. Fifteen years later, several groups of Administration and Accounting Sciences ingressed on the professional market. An accomplished evaluation seeking to know the students' perception in relation to the quality of the courses offered to them was quite satisfactory, when considered the level of the teachers' knowledge and the supplied contents. However, they made severe critics to the facilities and computer science equipments, as well as to the bibliographical total assets. Teachers also presented a favorable table of the courses considering students' performance. However, they made critics to the computer science laboratory, not updated and insufficient for the number of users. When interviewed about the issue, people that participated directly of the implementation of the courses also revealed critics in relation to the conditions of the facilities and total assets. The agreement should be reviewed. UFF and the Municipal City Hall should look for a definitive model for the Unit of Macaé, in a possibly partnership with Petrobras.

Keywords: Evaluation, Quality, University.

LISTA DE SIGLAS

ACE	ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ENSINO
ACO	ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA
CAPES	COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PESSOAL DO ENSINO SUPERIOR
CEB	CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
CNRES	COMISSÃO PARA REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
CONAES	COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
COPPE	COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA
COPPEAD	INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ENADE	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES
ENC	EXAME NACIONAL DE CURSOS
ENEM	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
FUNEMAC	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MACAÉ
GERES	GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR
IES	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
IFES	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
ISO	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA PADRONIZAÇÃO (EM INGLÊS: INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO)
LATEC	LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA, GESTÃO DE NEGÓCIOS & MEIO AMBIENTE
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
PAIUB	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

PARU	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA
PBQP	PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
REUNI	PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
SAEB	SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SINAES	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	HISTÓRICO	13
1.2	O PROBLEMA	13
1.3	RELEVÂNCIA	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	EDUCAÇÃO SUPERIOR E AVALIAÇÃO	18
2.2	EDUCAÇÃO SUPERIOR E QUALIDADE	15
2.3	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR	33
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	40
3.1	A UNIDADE OBJETO DA PESQUISA: O PROJETO MACAÉ	40
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: TIPO E MÉTODO DA PESQUISA	41
3.3	SUJEITOS DA PESQUISA	42
3.4	INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	43
4	RESULTADOS	47
4.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS: PESQUISA DE CAMPO	47
4.1.1	Nível de percepção dos alunos em relação à qualidade dos cursos	47
4.1.2	Nível de percepção dos professores em relação à qualidade dos cursos	55
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS: ENTREVISTAS	63
5	CONCLUSÕES	66
5.1	RECOMENDAÇÕES	67
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICES	70
	Formulário de avaliação da disciplina pelo professor	
	Formulário de avaliação da disciplina pelo aluno	
	Roteiro para entrevistas	
	Universidade Federal Fluminense / Interiorização	
	ANEXOS	77

Projeto Macaé

Contrato do Convênio UFF e Prefeitura de Macaé

Convênio UFF – Prefeitura de Macaé

1 INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO

A Unidade da Universidade Federal Fluminense localizada em Macaé é resultante de convênio celebrado entre esta instituição de ensino superior e a Prefeitura Municipal de Macaé. O Convênio constitui a forma mais tradicional de parceria entre instituições públicas e destas com o setor privado, onde ocorre uma associação de interesses e obrigações (DI PIETRO, 2002). Não há transferência de recursos entre as convenientes, mas simplesmente a prestação de serviços das partes em função de suas competências e disponibilidades de recursos.

O convênio de intenções, cuja cópia encontra-se anexa, foi assinado em 23 de julho de 1992, com a finalidade de promover serviços de atendimento à cidade, em especial no campo educacional, tendo havido várias renovações no decorrer dos 15 (quinze) anos de sua implementação.

A execução do Convênio por parte da Universidade Federal Fluminense foi entregue à Direção da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, que atuaria em conjunto com a Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC), especialmente criada para implementar o convênio e tomar providências diversas que viabilizassem a iniciativa.

1.2 O PROBLEMA

A Universidade Federal Fluminense (UFF) situa-se atualmente entre as cinco maiores instituições federais do ensino superior do país (IFES), em função do grande número de cursos que oferece em diferentes níveis de formação profissional, como graduação e pós-graduação, tanto em nível de especialização como de mestrado e doutorado.

Criada pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, a UFF constituiu-se a partir da incorporação de faculdades federais e estaduais de Niterói – Faculdade de Direito de Niterói; Faculdade Fluminense de Medicina; Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro e Faculdade de Medicina Veterinária; 3 (três) escolas estaduais (Escola de Enfermagem, Escola Fluminense de Engenharia e Escola de Serviço Social); e 2 (duas)

faculdades particulares (Faculdade Fluminense de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas).

O Estatuto foi aprovado através do Plano de Reestruturação estabelecido pelo Decreto nº 62.414, de 15 de março de 1968, de acordo com o parecer 696, de 05 de setembro de 1969, do Conselho Federal de Educação. A democratização da universidade brasileira teve início na década de 80 com a abertura política nacional; na ocasião, a UFF elegeu seu reitor pela primeira vez de forma direta. A partir daí, os diretores de centros universitários e unidades de ensino, além dos chefes de departamentos de ensino e coordenadores de cursos, passaram também a ser escolhidos por eleição direta.

A UFF tem o porte de uma pequena cidade com “satélites interioranos”, onde convivem atualmente (dados de 2006): alunos (28.294), professores (2.130) e funcionários (4.700), num total de 35.124 pessoas. Essas pessoas, entretanto, acham-se distribuídas em vários locais do estado do Rio de Janeiro, além de Niterói, como Itaperuna, Miracema, Pádua e Bom Jesus do Itabapoana, na região noroeste; Campos, Macaé e Quissamã, na região Norte; Cabo Frio e Rio das Ostras, na região dos Lagos; Angra dos Reis, na região sul; Pinheiral e Volta Redonda, na região Industrial do Médio-Paraíba. O corpo docente do quadro permanente, não incluindo docentes das instituições técnicas que oferecem ensino médio voltado às atividades rurais, é constituído por 72% de mestres e doutores. Deve ser assinalado que esse número supera, em muito, o mínimo de um terço (1/3) estabelecido pelo artigo 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Essa diversificação faz com que um dos aspectos mais expressivos da atuação da UFF seja sua política de interiorização que, apesar de seus nobres objetivos voltados à integração com as comunidades interioranas e a participação no desenvolvimento de cada região, carece de uma base sólida que garanta a continuidade dos programas e sua consolidação definitiva independente de manifestações políticas de base municipal.

Historicamente, a interiorização dos cursos superiores da UFF tem raízes nos anos 70, com a criação dos cursos de Serviço Social no município de Campos e em Pádua, por intermédio do curso de Formação de Professores em Matemática, ambos com a colaboração dos municípios beneficiários. Uma segunda investida só viria a ocorrer nos anos 90, com Nova Iguaçu, Macaé e Itaperuna. A experiência de Nova Iguaçu fracassou completamente em função de mudança na administração municipal que decidiu não mais colaborar com o pagamento das “bolsas de incentivo”, fator que atraía os docentes do quadro permanente para o deslocamento fora de suas bases. As demais, com relevo para Macaé e Itaperuna, tendo em vista a demanda crescente, prosseguiram dentro de alguma normalidade, ainda que

ocorresse problemas todas as vezes que se negociava a renovação dos convênios, apesar das deficiências visíveis em infra-estrutura.

Entretanto, deve ser ressaltado que existem diferenças estruturais expressivas entre essas Unidades, em função do “status” frente a sede central. Enquanto Volta Redonda, Campos, Pádua e Bom Jesus de Itabapoana dispõem de autonomia com corpo docente e direção próprias, as demais Unidades encontram-se dependentes da sede central (APÊNDICE).

No momento, há uma determinação do governo federal (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, no sentido de que sejam ampliadas as vagas atualmente existentes e que essas vagas digam respeito prioritariamente ao ensino noturno. Considerando que a capacidade disponível da UFF em Niterói acha-se esgotada, mesmo com a previsão do término das obras dos *campi* do Gragoatá e Boa Viagem, abre-se uma oportunidade para as unidades localizadas no interior do estado. Entretanto, no nosso entender, torna-se necessário uma avaliação das experiências em andamento, tendo em vista conhecer mesmo que parcialmente, sua efetividade.

1.3 RELEVÂNCIA

A escolha de Macaé como unidade-testemunha de um processo de avaliação da qualidade do ensino ministrado justifica-se não só pela posição que o município detém no contexto do país, como o maior produtor de petróleo, mas principalmente pelo apoio integral proporcionado pelas autoridades municipais em períodos anteriores e que, provavelmente, terá solução de continuidade.

Passados aproximadamente quinze anos desde o ingresso das primeiras turmas de Administração e Ciências Contábeis em Macaé, torna-se necessária uma avaliação dos resultados obtidos, ainda que parciais.

Assim sendo, esta dissertação tem como OBJETIVOS:

- GERAL: Avaliar o Programa de Interiorização da Universidade Federal Fluminense, que está sendo realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Macaé.

- ESPECÍFICOS:

a) Caracterizar e avaliar a qualidade do ensino ministrado nos cursos de Administração e Ciências Contábeis;

b) Estabelecer estratégias e diretrizes que permitam a continuidade e perenidade da parceria entre a Universidade Federal Fluminense e a Prefeitura Municipal de Macaé.

Neste sentido, 2 (duas) questões deverão ser respondidas ao final da pesquisa:

a) Qual a percepção, por parte de alunos e docentes, da qualidade do ensino ministrado nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense, em Macaé?

b) Que estratégias e diretrizes de ação devem ser estabelecidas visando garantir a perenidade da parceria Universidade Federal Fluminense e Prefeitura Municipal de Macaé?

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente documento constitui a apresentação da dissertação do “Mestrado Profissional em Sistema de Gestão”, área de concentração e linha de pesquisa “Sistema de Gestão pela Qualidade Total”.

Sob o título “Qualidade das Condições de Ensino no Programa de Interiorização da Universidade Federal Fluminense: um estudo de caso com base na avaliação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, em Macaé-RJ”, este documento encontra-se estruturado em quatro partes:

1ª parte – Caracterização do PROBLEMA, que envolve uma situação observada pelo autor e que provocou a escolha do tema, a realização da pesquisa de campo e seus desdobramentos. Complementam este segmento a relevância (justificativa) da escolha do tema, a delimitação do campo de estudo e a formulação dos objetivos esperados. As questões a serem respondidas e que orientaram a pesquisa dão o fecho a esta primeira parte.

2ª parte – REFERENCIAL TEÓRICO. Compreende uma revisão da literatura existente sobre

o assunto, em especial a referente aos eixos temáticos, **avaliação, qualidade e ensino superior**. No caso da universidade pública, a referência é a Universidade Federal Fluminense.

3ª parte – METODOLOGIA UTILIZADA. Descrição e crítica dos métodos e técnicas utilizados para a obtenção dos dados, bem como o respectivo tratamento estatístico.

4ª parte - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES. Com base nos resultados obtidos, estes são discutidos e apresentados visando as conclusões, que refletem um momento da Unidade, objeto da pesquisa. O autor apresenta algumas recomendações que não têm pretensões maiores do que servir para orientação daqueles que, no momento, discutem os rumos da interiorização da Universidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico encontra-se estruturado em função de 2 (dois) indicadores – avaliação e qualidade –, tendo o ensino superior brasileiro como referência. Assim, na primeira parte discutem-se as tentativas de avaliação do ensino superior empreendidas pelo Ministério da Educação. A segunda parte discute o significado de *qualidade* no ensino superior ou ensino superior de qualidade a partir da visão de alguns autores-educadores. A terceira parte procura integrar as abordagens relacionadas com avaliação e qualidade, de maneira a discutir os princípios, critérios e regras técnicas que estão balizando, atualmente, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), a avaliação da qualidade do ensino superior.

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E AVALIAÇÃO

Ao final do século XX, a avaliação ressurgiu como um dos temas mais debatidos entre os educadores e formuladores de políticas educacionais. A maior parte da literatura existente sobre avaliação na educação brasileira encontra-se voltada para o ensino fundamental, sendo raríssimas as incursões dos especialistas no que se refere ao ensino superior. Mesmo as propostas, quer dos teóricos ou as institucionais, se limitavam às chamadas avaliações formativas relativas ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como foco o aluno. Não se cogitava da avaliação institucional, que cobriria principalmente a instituição.

Pode-se afirmar, com certeza, que somente após a promulgação do Decreto 2026, de 10 de outubro de 1996, a avaliação passou a considerar o desempenho da instituição como um todo, incluindo a organização didático-pedagógica, a infra-estrutura educacional, a titulação do corpo docente, além de uma abordagem da qualidade dos cursos sobre a ótica de alunos e corpo docente.

A avaliação do processo educativo (ensino-aprendizagem), segundo Hoffman (1993), deve ser considerada segundo duas grandes linhas ou tendências da pedagogia contemporânea: a **liberal** e a **progressista**. Qualquer que seja a linha adotada, a avaliação deverá ter sempre como foco o aluno, tendo como objetivos:

- proporcionar informações fundamentais para o processo de tomada de decisões (administração escolar; planejamento curricular);
- contribuir para melhorar o processo de ensino-aprendizagem (planejamento de ensino; atividades em sala de aula).

Os anos 80 do século passado foram marcados por amplas reformas no ensino, com ênfase no ensino superior, reformas estas determinadas pela crescente industrialização, desenvolvimento tecnológico e exigências de um mercado que demandava recursos humanos devidamente capacitados e com condições de flexibilizar o seu conhecimento. Nesse quadro de grandes mudanças, o acompanhamento e a avaliação dos processos formativos tornaram-se necessários no sentido de garantir a aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos.

O final do século XX assistiu a uma série de mudanças no ensino superior, tanto pelo lado das instituições públicas responsáveis pela formulação, acompanhamento e avaliação das políticas atinentes, como pelo surgimento de novos cursos e habilitações, diversificação de provedores, diga-se expansão do ensino superior privado, novas áreas de interesses, e modalidades de habilitação profissional. Nesse sentido, um grande número de novidades e o crescimento exponencial do conhecimento passaram a exigir medidas por parte do Poder Público visando acompanhar e avaliar o processo em curso.

A informação dos resultados obtidos pelas instituições educacionais adquiriu grande importância e estes continuaram sendo crescentemente exigidos, aperfeiçoados e detalhados. As avaliações somativas e também as mediadoras, os mecanismos de controle, regulação e fiscalização, e a prestação de contas têm tido presença muito mais forte que as avaliações formativas participativas voltadas aos processos, às diversidades e complexidades das instituições (HOFFMAN, 1995).

A avaliação, qualquer que seja ela, mas principalmente a de desempenho dos participantes do processo, constitui um dos pontos mais emblemáticos da administração de pessoas por envolver além de competências e habilidades, variáveis comportamentais de difícil mensuração (Barbosa, 1999). A autora chama a atenção para o fato de que o desempenho é também consequência de idiosincrasias de cada indivíduo, isto é, o resultado de mecanismos intrínsecos ao ser humano de natureza psicológica.

Para a autora e também para o público em geral, há uma grande resistência cultural à avaliação de desempenho enquanto conceito, principalmente quando se trata de estabelecer hierarquias dentro de grupos, como acontece com docentes de instituições de nível superior já consolidadas. No entanto, quando a avaliação não tem sentido discriminatório, ou seja,

voltada a premiar e privilegiar pessoas, tem boas possibilidades de ser aceita e praticada, na medida que busca a melhoria na gestão acadêmica com reflexos para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, as informações resultantes dos relatórios do Exame Nacional de Cursos (ENC – questionários respondidos pelos alunos durante o Provão), e mais recentemente pelo ENADE (Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes) constituíram-se em instrumento para uma avaliação que atenda àqueles objetivos.

Segundo relatório do MEC (2003), no sistema vigente no Brasil, a avaliação possui um importante papel nas políticas de Educação Superior. A constatação de que os custos do ensino superior, tanto em termos absolutos como relativos, tornam-se cada vez mais elevados, faz com que seja indispensável para o Estado receber informações bem como a prestação de contas relativas à qualidade e amplitude dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior (IES) à sociedade em ensino, pesquisa e extensão.

Este mesmo documento nos informa que a mais antiga experiência brasileira de avaliação da educação superior é a da Coordenação de Avaliação do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), relacionada à pós-graduação, implantada em 1976, e que permanece até o momento, mas com evidentes diferenças em relação a sua versão original.

A partir dos anos 80, começaram a surgir propostas diversas, principalmente expressas em artigos acadêmicos, que clamavam pela promoção de uma ampla avaliação do ensino superior brasileiro. Os textos revelavam preocupação com a qualidade dos cursos, tendo em vista a grande expansão da graduação e o surgimento de novas áreas do conhecimento em função do desenvolvimento tecnológico.

Em 1983, surgiu o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), no qual a idéia básica era promover uma avaliação da aplicação dos recursos que haviam sido liberados para as IES, a partir da promulgação da Lei 5540/1968. Amplo material de pesquisa foi preenchido pelos estudantes, professores e dirigentes para apreender o impacto de tal lei, quanto à estrutura administrativa, à expansão das matrículas e à relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, características do corpo docente e dos funcionários administrativos e também a vinculação com a comunidade. Segundo relatórios do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em texto sobre um histórico das tentativas de avaliação do ensino superior no Brasil, “a avaliação tratou basicamente de dois temas: gestão e produção / disseminação de conhecimentos, utilizando-se de levantamentos e de questionários preenchidos por docentes, alunos, dirigentes e funcionários.

A Constituição de 1988 trouxe importantes inovações para o país, em especial o art. 209, que estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas duas condições:

- a) o cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- b) a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público, estabelecendo cinco metas, dentre as quais “a melhoria da qualidade do ensino”.

Nas últimas décadas, várias ações e propostas para avaliação da educação superior foram apresentadas. Dentre essas propostas, merecem destaque as provenientes das chamadas Comissões de Alto Nível, com relevo para o Grupo Executivo para a Reforma do Ensino Superior (GERES), a Comissão para a Reformulação da Educação Superior (CNRES) e, principalmente, a Lei 9131, de 1985, que instituiu a avaliação periódica das Instituições de Educação Superior (IES), que dava realce às chamadas dimensões individuais, como as do aluno, docentes, cursos e instituições.

Pela Lei nº 9131, de 24 de novembro de 1995, foi criado o novo Conselho Nacional de Educação, que teria como atribuições “formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem”. Para cumprir essas atribuições, a Lei 9131/95 determinou que o MEC deveria contar com a colaboração do Conselho Nacional, composto pela câmara de Educação Básica (CEB) e pela Câmara de Educação Superior.

A Lei 9131/95, dentre suas disposições, previu a criação de um “conjunto de avaliações periódicas das instituições e cursos superiores, com destaque para a realização anual do Exame Nacional dos Cursos (ENC), com base em conteúdos mínimos estabelecidos e previamente divulgados”. Esses exames, que deveriam ser realizados anualmente, ao entrarem em execução provocaram posições contrárias e discussões em diferentes níveis do Poder Público. Esses exames estariam destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridas pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação, e cujos resultados deveriam ser amplamente divulgados.

Na última década do século XX, surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que trouxe como novidade a adesão voluntária das universidades e concebia a auto-avaliação como etapa inicial de um processo que seria completado com a avaliação externa. Segundo alguns analistas, apesar de vida efêmera, e a adesão das universidades públicas, acabou por se constituir em uma avaliação interna sem qualquer repercussão.

A partir da posse do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), o MEC iniciou

um amplo movimento visando a avaliação integral da educação superior brasileira. A promulgação das Leis 9131/95 e 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) foi determinante para que uma série de providências fossem tomadas no sentido de dar organicidade à avaliação do ensino superior brasileiro. Nesse sentido, foram criados pelo Decreto 3.860 / 2001, novos mecanismos de avaliação, além de atribuir ao INEP a responsabilidade de organizar e executar a avaliação dos cursos de graduação das IES, devendo essa avaliação contemplar:

- a avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior por região e Unidade da Federação, segundo as áreas de conhecimento e a classificação das instituições de Ensino Superior definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;
- a avaliação institucional do desempenho individual das IES, considerando, pelo menos, os seguintes itens:
 - a) Grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;
 - b) Plano de desenvolvimento institucional;
 - c) Capacidade de acesso às redes de comunicação e informação;
 - d) Independência dos órgãos colegiados da instituição;
 - e) Estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação;
 - f) Critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
 - g) Programas e ações de integração social;
 - h) Produção científica, tecnológica e cultural;
 - i) Condições de trabalho e qualificação docente;
 - j) Auto-avaliação realizada pela instituição e providências adotadas para saneamento de deficiências não identificadas;
 - l) Os resultados das avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.
- a avaliação dos cursos superiores mediante a análise dos resultados do Exame Nacional dos Cursos e das condições de oferta de cursos superiores.

Esse mesmo Decreto determinou que a análise das condições de oferta dos cursos superiores seja efetuada nos locais de seu funcionamento por comissões de especialistas devidamente designados, devendo considerar os seguintes aspectos:

- A. Organização didático-pedagógica;
- B. Corpo docente, considerando principalmente a titulação, experiência profissional,

estrutura da carreira, a jornada e condições de trabalho;

- C. Adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes, e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso;
- D. Bibliotecas com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

Para apoiar o sistema de avaliação, outros instrumentos foram criados, tais como:

- o Exame Nacional de Cursos (ENC), a ser realizado por concluintes de cursos de graduação;
- o Questionário sobre as condições sócio-econômicas dos alunos e suas opiniões sobre as condições do curso frequentado;
- a Análise das Condições de Ensino (ACE);
- a Avaliação das Condições de Oferta (ACO);
- a Avaliação institucional dos Centros Universitários;
- a criação de Comissões de Avaliação de Especialistas, por curso, com mandato por 2 anos, renovável;
- a criação de Comissões para avaliação “in loco” dos novos cursos criados, que teriam que cumprir uma série de requisitos para que fossem autorizados a funcionar e credenciados para reconhecimento, seja para autorização de funcionamento ou de credenciamento parcial, visando o reconhecimento.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) sofreu ampla modificação em sua estrutura e funcionamento, de maneira a poder coordenar essa grande missão, sempre planejada mas nunca efetivamente executada em sua plenitude, relacionada com a administração da educação superior brasileira, por intermédio de um programa permanente que se pretendia ter vida longa.

Esse Sistema perdurou por seis anos, sofrendo profundas modificações a partir da mudança de Governo em 2003. No Governo de Luis Inácio “Lula” da Silva, a avaliação continuou a ser efetuada, mas os instrumentos utilizados mudaram integralmente. Pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino

Superior (SINAES), “com o objetivo de assegurar o processo nacional da avaliação das instituições de educação superior dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII, e IX, da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996”.

Como novidade, um dos artigos estabelecia que o SINAES atuaria em cooperação com os governos estaduais e do Distrito Federal. E, ao mesmo tempo que “ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes”, deverá assegurar:

- I – avaliação institucional interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromissos sociais, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e seus cursos;
- II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III – o respeito à identidade e a diversidade de instituições e dos cursos;
- IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Os resultados da avaliação constituem o referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior para o credenciamento, renovação de credenciamento das instituições, e da autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

A Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, “que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)”, estabelece em seu Capítulo III – Da Avaliação –, que :

A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será da responsabilidade do INEP, o qual instituirá Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas para diferentes áreas do conhecimento. Para as avaliações externas in loco serão designadas Comissões Externas de Avaliação Institucional e Comissões Externas de Avaliação de Cursos.

O mecanismo utilizado pelo MEC/INEP mantém, em suas linhas gerais, o sistema adotado pela administração anterior, mas incluindo inovações como a auto-avaliação das instituições como ponto de partida para o processo de avaliação.

Em relação à avaliação de desempenho dos estudantes, o PROVÃO, após ser criticado “por possibilitar somente a criação de um *ranking* classificatório das instituições, e o *marketing das melhores avaliadas*”, foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), de complexidade executiva maior, tendo em vista que procura

comparar o desempenho do estudante em dois momentos, isto é, ao ingressar e ao terminar o curso. Com presença obrigatória e determinante para que o aluno receba diploma, o ENADE deverá ser realizado anualmente para um determinado número de cursos e também de estudantes, que serão sorteados para constituírem uma amostra que, se pretende, seja representativa de cada curso. Seus resultados serão fornecidos globalmente sem a identificação dos alunos melhores classificados.

Deve ser ressaltado que os resultados das primeiras versões do ENADE não tiveram qualquer repercussão na mídia. Somente o exame realizado ao final de 2006, com seus resultados divulgados em maio de 2007, tiveram ampla divulgação com a indicação das instituições que tiveram melhor desempenho e alunos que obtiveram as melhores colocações. É surpreendente que o boicote de determinados cursos de instituições públicas federais, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, continuou na mesma intensidade observada durante a vigência do PROVÃO.

Em conclusão, não há elementos que permitam uma avaliação da efetividade desses novos instrumentos, tendo em vista que somente no longo prazo, mantido o mesmo sistema e respectivos instrumentos com os necessários ajustes, será possível estabelecer padrões de comparação. Entretanto, a descontinuidade administrativa, tão comum na administração pública brasileira, poderá se constituir em fator negativo que impossibilitará uma avaliação de resultados consistente. Na pior das hipóteses, o sistema educacional brasileiro terá herdado um conjunto de dados estatísticos que possibilitará uma série de análises.

2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E QUALIDADE

a) Qualidade: evolução do conceito

O tema qualidade em produtos e serviços praticamente pontificou no período compreendido entre meados dos anos 80 e o fim do século XX, com a tradução e disseminação, no Brasil, dos principais textos de W. Edwards Deming, J.M. Juran, Philip Crosby e outros. A criação do Prêmio Nacional da Qualidade e a obrigatoriedade das empresas se adaptarem às exigências das normas da *International Organization for Standardization* (ISO) provocaram uma intensa busca de conhecimentos relativa ao que ficou conhecida como “gestão da qualidade”.

Na área acadêmica, as ações do Prof. Vicente Falconi e sua equipe, na Universidade

Federal de Minas Gerais, podem ser apontadas como as principais responsáveis por disseminar os princípios do sistema de gestão da qualidade. No estado do Rio de Janeiro, os programas de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE; COPPEAD), da Universidade Federal Fluminense, em Niterói (mestrados em Administração e de Engenharia da Produção, pós-graduações do LATEC, do Centro Tecnológico), constituíram-se em fontes expressivas para a divulgação, disseminação e consolidação dessa nova área das ciências gerenciais.

Na área da produção de bens e serviços, ter qualidade significa apresentar as características essenciais determinadas ou desejadas pelo mercado consumidor. Quando se adquire um produto ou um serviço que nos é prestado há, instintivamente, a busca pela qualidade, ainda que não tenhamos uma consciência clara de sua representatividade ou de seu valor.

“Em um interessante texto sobre os mitos e realidades da qualidade no Brasil (título do livro), a Equipe Técnica da OBI de Consultores, coordenada por Marco A. Oliveira (1994), assinala que:

O tema da qualidade é constituído por uma multiplicidade de conceitos e abordagens que têm origens diversas, que se desdobraram e se multiplicaram ao longo das últimas décadas, que se transformaram, e transformados voltaram a se cruzar, e que, afinal, emaranham-se e se abrem em leque para várias direções.

A evolução do conceito de qualidade e sua verificação reportam-se a períodos anteriores à revolução industrial, “quando os artesãos e mestres de ofícios mais procurados eram aqueles que produziam ou vendiam produtos **sem defeitos**”. A história é bastante conhecida e está presente na maioria dos textos que, ao final do século XX, predominavam nas estantes das livrarias que comercializavam literatura técnica. Durante a revolução industrial (a partir de meados do século XVIII e principalmente durante o século XIX) surgiu o método da **inspeção**, reconhecido como o primeiro processo sistematizado de avaliação da qualidade. No início do século XX, os métodos de **inspeção do trabalho** utilizados por Frederick Taylor, o pai da chamada “administração científica”, nos quais ele buscava “*the best way*” para realizar as tarefas, são considerados etapas históricas para avaliar a qualidade de um produto ou serviço.

Coube a Western Electric, por intermédio de Georges D. Edwards, um administrador, e Walter W. Shewhart, matemático e estatístico, a primazia da implantação de um setor voltado ao “controle da qualidade”, com a utilização de métodos revolucionários para a época (década

de 30), onde havia a inspeção “desde a entrada da matéria prima à saída do produto pronto e acabado”. Esses pioneiros antecederam ao que, posteriormente, Joseph Juran chamaria de “qualidade desde o projeto”.

W. Edward Deming e Joseph M. Juran foram também integrantes do grupo da Western Electric, onde trabalharam durante a segunda guerra mundial. Nessa época, Juran sistematizou de forma definitiva o controle estatístico da qualidade, utilizando técnicas de amostragem. Após o término da 2ª Guerra Mundial, esses dois especialistas assessoraram, em períodos diferentes, industriais japoneses na implantação de métodos de controle da qualidade e inovações gerenciais. À eles, em conjunto com destacados técnicos japoneses, é atribuída a expansão da economia japonesa em termos de produção e produtividade após a segunda guerra mundial.

No Brasil, a introdução de programas e projetos voltados à qualidade e produtividade é atribuída ao lançamento, pelo Governo de Fernando Collor, em 1990, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que tinha como finalidade “estimular a adoção de técnicas de administração empresarial que permitissem aumentar a produtividade das empresas, tornando seus preços mais competitivos e melhorando a qualidade de seus bens”. A implementação do PBQP promoveu uma mobilização inédita das empresas brasileiras que procuraram se adequar às normas da ISO, de maneira a obter a certificação da qualidade de seus bens e serviços, condição essencial para participar do mercado internacional. Grande número de programas de treinamento *in company* foram empreendidos por todas as empresas, quer contratando equipes de consultores, quer enviando seus funcionários para frequentarem cursos organizados por instituições de ensino universitário que geraram uma nova disciplina ou área vinculada à administração da produção chamada de “Gestão de Qualidade”.

Os anos 90 do século passado foram permeados por intensa movimentação nesse campo, gerando, inclusive, uma produção editorial inédita, sejam escritos por autores brasileiros ou traduzidos. Nessa época, o tema qualidade exibiu um vigor extraordinário inédito, jamais ultrapassado por qualquer outra novidade no campo da gestão. Nas palavras de Oliveira (1992) e sua equipe da OBI, “os adeptos dos programas de Qualidade Total nas empresas, quase sempre são fervorosos defensores desse conceito, mostrando-se mais entusiasmados do que os defensores de outras abordagens ocorridas no passado” (OLIVEIRA, 1992).

Os autores anteriormente mencionados lançam a questão: “O que é qualidade, afinal? Que conceito existe por trás dessa palavra mágica?”. Muitas poderiam ser as respostas, mas se reportaram a cinco, a seguir relacionadas:

- “Qualidade significa fazer o que havíamos dito que iríamos fazer”;
- “Qualidade é aquilo que o consumidor quer”;
- “Qualidade é a adequabilidade ao uso”;
- “Qualidade ocorre quando um produto ou serviço desempenha suas funções sem efeitos colaterais daninhos. Maior qualidade significa desempenhar a mesma função com menor perda para o cliente”;
- “Qualidade não é algo que o fornecedor coloca num produto ou serviço, mas algo que o cliente obtém e pelo qual paga. O cliente paga apenas por aquilo que lhe é útil e lhe traz valor. Nada mais constitui qualidade”.

Refletindo sobre essas definições, Oliveira e seus colaboradores concluem que três aspectos de importância presentes nessas sentenças propiciam uma definição satisfatória mínima de **qualidade**.

- a. a capacidade que um produto ou serviço possa ter de cumprir a função para o qual foi projetado;
- b. a utilidade que o cliente ou o consumidor possa ver nesse produto ou serviço;
- c. o reconhecimento do cliente (e não da empresa produtora) como o legítimo agente avaliador dessa qualidade.

b) Qualidade na Educação ou uma Educação de Qualidade?

Entender ou definir o que seja qualidade no ensino superior ou ensino superior de qualidade constitui tarefa altamente complexa, levando-se em consideração que existe um grande número de pontos de vista e uma série de fatores a considerar. O cenário mais comum apontado por especialistas e analistas de ocasião aponta como responsáveis a inadequação dos currículos e da forma de atuação interna das instituições. Esses fatores, aliados a profissionais (docentes) desmotivados pelos baixos salários e alunos despreparados, originários de um ensino médio claudicante, em busca somente de um diploma que os habilite a vida profissional, resultam em um painel de pouco brilho e propício a receber críticas de procedências diversas.

Como era de se esperar, a síndrome da qualidade evidenciada ao final do século XX também chegou à educação em todos os níveis, apesar dessa qualidade, na maioria das vezes, estar relacionada com o “ensino”, algo mais concreto, capaz de ser medido e até quantificado. Na realidade, quando se fala na qualidade da educação, seguramente estão se referindo à qualidade do ensino, que começa e termina na própria escola. Educação é algo muito maior, que transcende às instalações, ao corpo docente e a orientação didático-pedagógica localizada. Entretanto, continuaremos chamando de “educação” a esse processo formativo que se passa em uma “escola” ou “faculdade”.

No apogeu da discussão da qualidade de produtos e serviços, foram publicados alguns títulos com a pretensão de aplicar à educação os mesmos princípios estabelecidos pelos principais autores internacionais, em especial Deming. Destacam-se nessa abordagem, dentre outros, Ramos (1992), Mezomo (1999), Demo (2002) e Tubino (1997).

Ramos (1992), em sua introdução, procura chamar a atenção para um conjunto de preceitos que tem como finalidade preparar o leitor para suas idéias e propostas. O termo “escola” é generalizado, estando referido a qualquer organização de educação básica (pré-escolar, fundamental, média) ou instituição superior de educação tecnológica e superior (Escolas Técnicas, Agrotécnicas, Centros, Faculdades Escolas, Cursos, Departamentos de Universidades), cuja missão maior é educar. Em seguida, estabelece um ideário, criando imagens de uma escola ideal, a que ela chama de “Escola de Qualidade Total”, a qual só seria possível caso houvesse vontade e empenho coletivos. Em seguida, estabelece uma série de requisitos para que “a Escola de Qualidade Total” aconteça. Essa Escola ideal só se viabilizará caso, num estabelecimento de ensino, sejam observadas as seguintes condicionantes:

- o seu corpo social venha a delinear, em conjunto, uma visão compartilhada de Excelência em Educação;
- seja firmado um pacto para a qualidade no qual cada parceiro – alunos, professores, dirigentes, técnicos, servidores, pais e sociedade – tenha um papel definido a representar;
- cada elemento da comunidade escolar assuma um compromisso individual e, de modo solidário, trabalhar responsável e positivamente para a causa educacional comum.

Utilizando os 14 pontos do Método Deming, Ramos relaciona o que chama de

“balizamentos para uma escola de qualidade”, no qual esses princípios passam a ser praticados no ambiente escolar. A adequação desses princípios ao ambiente escolar pode ser considerada como factível em uma instituição particular, qualquer que seja o nível da escola. No entanto, quando consideramos um estabelecimento vinculado ao setor público, as evidências são de que não há a menor possibilidade de que tais situações possam ocorrer. A autora, já prevendo as críticas que receberia por propor princípios voltados a empreendimentos de produção de bens e serviços, cita uma frase do próprio Deming: “Os 14 princípios aplicam-se indistintamente a organizações pequenas e grandes, tanto na indústria de serviços quanto na de transformação. Aplicam-se igualmente a qualquer divisão de uma empresa”.

Os denominados “14 princípios” estabelecidos pelo Dr. Deming são:

- 1** - estabeleça constância de propósitos para melhoria do produto e do serviço, objetivando tornar-se competitivo e manter-se em atividade, bem como criar emprego;
- 2** - adote a nova filosofia. Estamos numa nova era econômica. A administração ocidental deve acordar para o desafio, conscientizar-se de suas responsabilidades e assumir a liderança no processo de transformação;
- 3** - deixe de depender de inspeção para atingir a qualidade. Elimine a necessidade de inspeção em massa, introduzindo a qualidade no produto desde seu primeiro estágio;
- 4** - cesse a prática de aprovar orçamentos com base no preço. Ao invés disto, minimize o custo total. Desenvolva um único fornecedor para cada item, num relacionamento de longo prazo fundamentado na lealdade e na confiança;
- 5** - melhore constantemente o sistema de produção e de prestação de serviços, de modo a melhorar a qualidade e a produtividade e, conseqüentemente, reduzir de forma sistemática os custos;
- 6** - institua o treinamento no local de trabalho;
- 7** - institua a liderança. O objetivo da chefia deve ser o de ajudar as pessoas, as máquinas e dispositivos a executarem um trabalho melhor. Tanto a chefia administrativa está necessitando de uma revisão geral, quanto a chefia dos trabalhadores de produção;
- 8** - elimine o medo, de tal forma que todos trabalhem de modo eficaz para a organização;
- 9** - elimine as barreiras entre os departamentos. As pessoas engajadas em pesquisas, projetos, vendas e produção devem trabalhar em equipe, de modo a preverem problemas de produção e de utilização do produto ou serviço;
- 10** - elimine lemas, exortações e metas para a mão-de-obra que exijam nível zero de falhas e estabeleçam novos níveis de produtividade. Tais exortações apenas geram inimizade, visto que o grosso das causas da baixa qualidade e da baixa produtividade encontra-se no sistema estando, portanto, fora do alcance dos trabalhadores;
- 11** - (a) elimine padrões de trabalho (quotas) na linha de produção. Substitua-os por liderança; (b) elimine o processo de administração por cifras, por objetivos numéricos. Substitua- os pela administração por processos por meio de exemplo de líderes;
- 12** - (a) remova as barreiras que privam o operário horista de seu direito de orgulhar-se de seu desempenho. A responsabilidade dos chefes deve ser mudar de números absolutos para a qualidade; (b) remova as barreiras que privam as pessoas da administração e da engenharia de seu direito de orgulharem-se de seu desempenho. Isso significa a abolição da avaliação anual de desempenho ou de mérito, bem como da administração por objetivos;
- 13** - institua um forte programa de educação e auto aprimoramento;

14 - engaje todos da organização no processo de realizar a transformação. A transformação é da competência de todo mundo.

Apesar de afirmar que a Escola de Qualidade e os preceitos atinentes podem ser aplicados em qualquer tipo de estabelecimento (fundamental, médio e superior), todo o conteúdo apresentado pela autora, assim como o texto sobre a obra do Professor William Glessler, anexo ao livro, têm, de forma incontestável, a escola fundamental como referência.

O texto de Mezomo (1997) é um conjunto de artigos voltados para a educação, apesar de inúmeras páginas estarem dedicadas a divulgar princípios e critérios relacionados com a qualidade total. O autor começa dando informações sobre qualidade total, mostra como a mesma pode transformar o sistema educacional e indica os passos que devem ser dados para manter ativo o processo de qualidade total na escola. Ele é enfático ao assinalar que o “aluno é o principal cliente e é para ele que a obra foi pensada, e só uma escola onde administradores, professores e alunos interagem em busca da eficiência, tem condições de formar cidadãos voltados à melhoria da qualidade de vida”.

No capítulo sobre a especificidade da escola, Mezomo (1997) assinala que a Escola não é um simples negócio, ou seja, ela possui características que a diferenciam de qualquer atividade, seja ela industrial, comercial e também de outros serviços. Entre suas características são acentuadas algumas que merecem total concordância, pois é o reflexo do que ocorre na realidade.

O autor reconhece que “a escola não tem total controle do acesso de seus alunos, como também não consegue dominar plenamente o processo de ensino-aprendizagem que é afetado por muitos fatores, dentre eles a participação maior ou menor do próprio educando”. A qualidade do “produto final”, como é chamado o recém-formado, também é afetada por fatores pessoais e ambientais que ele não consegue controlar. Em conclusão, a escola visa um “produto” totalmente diferenciado, que é desenvolver a habilidade do estudante para pensar e raciocinar, a habilidade para ler, falar e escrever, e a habilidade para resolver problemas.

E concluindo, Mezomo repete Ramos:

A qualidade da escola só será garantida se houver a participação de todos os envolvidos, isto é, pais, professores e alunos. Esses três componentes exponenciais de um sistema educacional devem ser parceiros de uma mesma empreitada, sabendo que a omissão de quem quer que seja afetará o trabalho de todos.

Na proposta de Mezomo enquadram-se as associações de pais e alunos.

Demo (2002) reconhece que “está na moda a qualidade total, tomada como imperativo

da organização empresarial moderna e traduzida para outras atividades, inclusive a educação”. Ele concorda, desde que não fique circunscrito às providências organizativas convencionais e técnicas de aliciamento de funcionários, clientes e respectivos treinamentos. Na acepção mais básica, *qualidade total* denota o compromisso com a qualificação dos recursos humanos envolvidos, tendo em vista que qualidade provém deles. O objetivo primeiro será o aprimoramento formal e político de seus participantes. É taxativo ao afirmar que a qualidade total, independente do local onde tenta-se implantá-la, é um processo de construção e participação coletiva.

Para o autor, Educação tem sido o termo-resumo para designar qualidade, por uma série de razões, dentre as quais a que sinaliza a construção do conhecimento e a preocupação em torno da humanização da realidade e da vida. Entretanto, ele critica o uso da expressão educação de qualidade, a qual considera como pleonástico, pois os dois termos se implicam de maneira intrínseca.

A aplicação do conceito de qualidade total à escola supõe necessariamente o entendimento de que é um processo de participação coletiva que exige um conjunto de professores bem formados, adequados politicamente à missão que têm a cumprir, mas ressalta, também, bem remunerados. Esses participantes principais do processo devem ser o produto final de um processo de treinamento ou adequação ao novo sistema. A qualidade total não deve se resumir às técnicas e táticas de planejamento, organização, controle e direção. Deve ser considerada, também, como questão de competência técnica e participação política.

Critica com veemência àqueles que pretendem estabelecer um confronto dicotômico entre **qualidade** e **quantidade**, “pela razão simples de que ambos fazem parte da realidade da vida”. Diz o autor, metaforicamente, “se a **quantidade** aponta para o horizonte da *extensão*, a **qualidade** aponta para a dimensão da intensidade, tendo a ver com participação, criação, engajamento e perfeição. Não se satisfaz com o maior, pois quer o melhor. Precisa do ter, mas realiza-se no ser. Carece de forma como instrumentação, mas eclode em conteúdos, que são o fim”. O pensamento de Demo (1999) sobre educação e qualidade poderia ser assim expresso.

Qualidade de verdade só tem a ação humana, porque é típico produto humano, no sentido de participação e construção. É condicionada pela quantidade, mas a ela ultrapassa, porque qualidade não é apenas acontecer, mas especificamente fazer acontecer. Designa a capacidade humana de inovação, no sentido primordial de fazer história própria comum. Educação passa a ser o espaço e o indicador crucial de qualidade porque representa a estratégia básica de formação humana. Educação não será, em hipótese nenhuma, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente, formação, aprender a aprender, saber pensar para poder melhor intervir e inovar.

Gomes Tubino (1997) assinala que o debate da Qualidade, depois da chegada ao Brasil das concepções de Edward Deming, não poderia deixar de chegar à Universidade. Reconhece a importância do debate mas critica a transferência simplista dos princípios e padrões dos teóricos da Qualidade Total para a educação. No entender de Tubino (1997), tal transferência é totalmente equivocada, na medida em que não são considerados os preceitos de Educação ou as finalidades da Universidade como ponto de partida para o aprofundamento das discussões. Defende uma posição em que o sentido não deve ser da Qualidade para a Educação ou Universidade mas, ao contrário, da Educação para a Qualidade.

A partir do que chama de “as origens da crise da universidade brasileira”, o autor discorre sobre questões variadas como a interdisciplinaridade, a autonomia universitária e a complexidade da gestão universitária, para concluir que “ao se tratar da construção do futuro como nova referência para a gestão universitária, conclui-se que a **qualidade** será a grande base nessa trajetória”. Ao final, apresenta um modelo, a que chama de Modelo Gama Filho, desenvolvido por uma equipe dessa instituição em 1992.

2.3 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

A avaliação da qualidade da educação brasileira sempre se constituiu em preocupação permanente de vários governos sem que as intenções se materializassem em ações concretas. De uma maneira geral, podem ser creditadas à descontinuidade administrativa os sucessivos fracassos dos planos, programas e diplomas legais baixados à partir da redemocratização do país. Somente a partir do Governo de FHC podem ser apontados planos e programas materializados em atividades executivas, tendo como fator responsável a reorganização do INEP.

A avaliação da qualidade da educação superior tem fundamento legal no inciso IX, do artigo 9º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/1996, que arrola como atribuições da União “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal do Ensino Superior”, e no artigo 1º, da Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O documento orientador do SINAES informa que os critérios para avaliação externa

têm como referência os padrões de qualidade da educação superior, as normas legais vigentes e as diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

As tentativas para a implementação de um sistema permanente para planejar, implantar, acompanhar e avaliar a qualidade da educação superior brasileira historicamente podem ser analisadas segundo dois momentos. O primeiro momento encontra-se relacionado com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, no período (1996/2002) marcado pela reorganização do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), complementado pela criação de um sistema de avaliação da educação brasileira. O segundo momento refere-se ao governo de Luis Inácio “Lula” da Silva, com ênfase principalmente no ensino superior.

O Ministério da Educação (MEC), em meados dos anos 90, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, lançou o documento “Bases para um Ensino de Qualidade: avaliação, transparência e participação nas questões educacionais”, cujas ações seriam implementadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), completamente modificado em relação às funções que vinha exercendo anteriormente, transformado que foi em autarquia federal, incorporando uma tradição de mais de 60 anos de estudos e pesquisas na área educacional.

A grande novidade que o documento trazia era a chamada **avaliação permanente do sistema educacional brasileiro**, onde a informação, estatística e sondagem sistemática sobre a realidade do ensino constituiriam a base de um sistema permanente. Para tanto, foi viabilizado um conjunto de instrumentos assim caracterizados:

- Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), que a cada dois anos realizaria uma pesquisa por amostragem do ensino fundamental e médio destinada a acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores incidentes na qualidade do ensino ministrado;
- Exame Nacional de Cursos (ENC), criado em 1996 para avaliar os cursos de graduação, com caráter obrigatório para os formandos (PROVÃO);
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exame facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio, que foi ampliado pela primeira vez em 1998;
- Estabelecimento de bases de dados educacionais pela realização de pesquisas censitárias, com destaque para:
 - Censo Escolar abrangendo um universo de cerca de 259 mil escolas públicas e

- particulares e 30 milhões de estudantes;
- Censo do Ensino Superior englobando aproximadamente 1000 instituições;
 - Censo Financeiro da Educação referente às despesas e receitas das diversas esferas de governo no componente educacional.

No campo da Educação Superior, todos esses instrumentos foram implementados de forma intensiva durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com destaque para a avaliação *in loco* das instituições de ensino superior (IES). Essas verificações ocorreram em função de diferentes situações dessas IES, tanto para obter a necessária autorização de abertura de cursos, como para reconhecimento, renovação do credenciamento, ou avaliações de rotina que ocorreriam de cinco em cinco anos.

Essas avaliações foram conduzidas por uma Comissão de Especialistas que seguem um manual para a chamada avaliação externa de instituições de educação superior. Um conjunto expressivo de informações foi produzido pelas diversas Comissões que praticamente percorreram todo o território brasileiro, sendo as exceções as instituições públicas estaduais vinculadas aos respectivos Conselhos Estaduais e as instituições superiores de São Paulo, principalmente.

Apesar da mudança de Governo ocorrida em 2003, as diretrizes orientadoras da administração anterior ainda foram mantidas no primeiro ano do mandato. Entretanto, a promulgação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, ao criar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), introduziu uma nova sistemática que se diferenciava da anterior apenas em certos detalhes e critérios utilizados para avaliar a qualidade do ensino ministrado.

De maneira enfática, o documento básico do SINAES assinala que sua criação constitui um marco na história da avaliação da educação superior brasileira. Tem como finalidade “a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade da afirmação da autonomia e da identidade institucional”.

Nesse mesmo documento foram estabelecidos os princípios orientadores das avaliações a serem efetuadas, assim caracterizadas:

- Responsabilidade social com a **qualidade da educação superior**;
- Reconhecimento à diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das Instituições;
- Globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica;
- Continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e para o sistema de educação superior em seu conjunto.

A exigência de imprimir qualidade nas ações acadêmicas tornou-se uma preocupação essencial na formação em nível superior, que tem o compromisso de responder às necessidades e expectativas da sociedade. Para que isso ocorra com o mínimo de incerteza, o SINAES estabeleceu uma sistemática de avaliação institucional construída com base em dois referenciais ou *referentes*: ***referentes universais e referentes particulares***.

Os referentes universais de qualidade para a educação superior dizem respeito aos aspectos que constituem sua natureza e condição, isto é, a adequação à pertinência dos processos de formação, ao rigor acadêmico, à consideração da condição social e cultural da produção acadêmica, à construção da cidadania e ao exercício da democracia.

Os referentes particulares de qualidade são vinculados à missão e aos propósitos institucionais firmados na missão e no Projeto Pedagógico Institucional. Nesse sentido, devem ser consideradas as diversidades do contexto em que atuam as instituições, com atenção para as especificidades de cada IES.

A exigência da qualidade comporta múltiplos aspectos que estão referidos à qualidade das ações acadêmico-administrativas, que dizem respeito à atuação do pessoal docente, discente e técnico-administrativo, além da realização de programas institucionais, a eficiência da infra-estrutura física e a logística do ambiente universitário.

Nesse sentido, o sistema de avaliação contaria com três instrumentos:

- Avaliação da Instituição (Auto-Avaliação e Avaliação Externa);
- Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- Avaliação dos Cursos de Graduação.

O estudo desta dissertação encontra-se relacionado com um segmento da avaliação dos cursos de graduação pela ótica de seus principais protagonistas: **alunos e professores**.

Para a implementação desses instrumentos, foram estabelecidos os seguintes princípios:

- Respeito às peculiaridades históricas e características institucionais de cada IES;
- Análise da missão e do processo de auto-avaliação da instituição como pontos de partida e elementos fundamentais da avaliação realizada por pares externos;
- Realização de um adequado processo de auto-avaliação, com identificação das potencialidades e fragilidades de cada IES, com a finalidade de desenvolver projetos voltados à melhoria da qualidade acadêmica;
- Constante manutenção do processo de auto-avaliação, com a assimilação das recomendações resultantes do processo de avaliação externa;
- Elaboração de relatório de avaliação externa que sirva como referencial básico para a melhoria da instituição e que ofereça subsídios para o aperfeiçoamento da política de educação superior e que forneça elementos para os processos regulatórios do sistema educativo.

A novidade da proposta do SINAES encontra-se relacionada com a chamada “Auto-Avaliação”, ou avaliação interna, sob a responsabilidade da própria IES que teria que montar um relatório contendo as **10 Dimensões**. Posteriormente, dependendo da situação da IES e de seus cursos, o MEC faria a avaliação externa da qualidade do ensino ministrado na instituição. Essas dimensões estão assim caracterizadas:

Dimensão 1 – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

Dimensão 2 – Perspectiva científica e pedagógica formadora: políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa e a extensão;

Dimensão 3 – Responsabilidade Social da IES;

Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade;

Dimensão 5 – Políticas de Pessoal, Carreira, Aperfeiçoamento, Condições de Trabalho;

Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição;

Dimensão 7 – Infra-estrutura física e recursos de apoio;

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação;

Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes;

Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira.

A primeira fase da auto-avaliação já foi encerrada, devendo o MEC ter recebido mais de 1.600 documentos. No momento, as IES procuram atualizar as informações, passados os dois primeiros anos. A existência de um documento desse nível, devidamente atualizado bianualmente, cria facilidades para as instituições que a qualquer momento poderão dar respostas às solicitações do MEC.

Para um entendimento perfeito do SINAES, algumas definições são imprescindíveis:

- **Dimensões:** são agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam a totalidade da instituição. Neste instrumento, as dimensões consideradas são as 10 dimensões do SINAES.
- **Grupo de Indicadores:** é o conjunto de características comuns usadas para agrupar, com coerência e lógica, os indicadores. Entretanto, não são objetos de avaliação e pontuação.
- **Indicadores:** representam algum aspecto ou característica da realidade que se pretende avaliar. Expressam algum aspecto da realidade a ser observada.
- **Indicadores imprescindíveis:** representam condições obrigatórias para o acesso e a permanência no sistema de educação superior. Estes indicadores, definidos pela legislação em vigor, exigem o conceito 3, no mínimo, para aprovação. Caso contrário, a instituição deverá cumprir a diligência definida pela Comissão de Avaliação Externa, devidamente justificada, com a indicação explícita dos indicadores imprescindíveis a serem atendidos em até 180 dias.
- **Indicadores aos quais é atribuída a condição NSA (não se aplica):** são aqueles cujo atendimento é opcional ao Centro Universitário ou a Faculdade, como forma de assegurar o respeito às suas identidades e diversidades. Quando a IES possuir este diferencial, será atribuído o respectivo conceito ao indicador. Ao escolher um indicador com a condição NSA, a Comissão deverá justificar sua escolha, no campo texto do formulário eletrônico. A justificativa deverá ser baseada nos principais documentos da Instituição.
- **Critérios:** são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador.

Observação: O Manual de Avaliação Externa do MEC/INEP chama a atenção para o

fato de que “é importante lembrar que critérios e indicadores não devem ser entendidos como inflexíveis; qualquer objeto educacional em avaliação existe num mundo de juízos diferentes”.

Para a avaliação externa das IES, os instrumentos estão a seguir caracterizados, segundo determina a Portaria nº 563, de 21 de fevereiro de 2006, “que aprova, em extrato, o instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES”.

Categorias de Avaliação	Pesos
1. Organização Didático-Pedagógica:	40
2. Corpo docente; corpo discente; e corpo técnico-administrativo	35
3. Instalações físicas	25
<hr/>	
TOTAL-----	100

Quadro 1- Instrumentos para avaliação externa das IES.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 A UNIDADE OBJETO DA PESQUISA: O PROJETO MACAÉ

Até chegar ao atual local de funcionamento, um estabelecimento de ensino fundamental municipal, a Unidade de Macaé funcionou provisoriamente em outros locais, em condições precárias, situação que se tornou insustentável à medida que os cursos foram crescendo e, conseqüentemente, a demanda por novas salas de aula.

As primeiras turmas de Administração e Ciências Contábeis, nos primeiros quatro anos de funcionamento, não ultrapassavam o montante de 50 alunos, que se distanciam bastante dos atuais 600 que transitam pelas acanhadas instalações que durante o período diurno atendem a aproximadamente 200 alunos do ensino fundamental.

A “Organização Didático-Pedagógica”, como não podia deixar de ser, obedece à estrutura e normas de funcionamento adotadas na sede da UFF, em Niterói. O corpo docente pertence, em sua maioria, ao corpo docente permanente, havendo participação de docentes de outros Departamentos, além dos vinculados aos Departamentos de Administração e de Contabilidade.

O convênio, que foi renovado ao longo desses anos, atribui à Prefeitura Municipal a cessão de um imóvel devidamente dotado da infra-estrutura necessária e a concessão de uma bolsa-auxílio aos docentes que se deslocam da sede da Universidade, com validade somente no período letivo. À Universidade e à Prefeitura compete a implementação da biblioteca e do laboratório de informática. O regime de aulas, para facilitar o deslocamento dos docentes, estabelece que cada disciplina é ministrada em um determinado dia da semana, sendo que, por semana, é observada a presença de aproximadamente doze (12) docentes.

Cada Departamento incumbiu um funcionário de realizar a função *in loco* de apoio administrativo, deslocando-se esse funcionário pelo menos uma vez por semana. Periodicamente, coordenadores de curso e chefias de Departamento também se deslocam para atividades de supervisão e contatos com a Presidência da FUNEMAC. A renovação do convênio e a assinatura de termos aditivos constituem sempre motivos para polêmicas, principalmente quando ocorre mudança na administração municipal, que contesta os termos do convênio e a obrigação da Prefeitura Municipal de continuar a concessão de bolsas para os docentes.

No momento, o convênio vive uma crise e, segundo seus executores, este seria o último ano a serem mantidas as atribuições dos convenientes. A Prefeitura de Macaé reivindica o mesmo tratamento que tem sido dado aos chamados Pólos Universitários (Volta Redonda, Rio das Ostras e Nova Iguaçu), recentemente criados pelo Governo Federal em um contexto de expansão das unidades federais via interiorização da educação superior. Essa interiorização está ocorrendo totalmente sob a responsabilidade do Governo Federal, com corpo docente autônomo especificamente contratado via concursos, para atuação exclusiva nessas unidades. Os municípios ficariam com a responsabilidade de providenciar as áreas para esses pólos. Macaé já providenciou essa área, segundo notícias veiculadas na mídia, e já teria prédios em construção, não só para abrigar a UFF, mas também instituições privadas do ensino que já atuam no município.

O crescimento da Petrobrás em Macaé provocou também o crescimento das cidades situadas em seu entorno, como Quissamã, Silva Jardim, Rio das Ostras, Casemiro de Abreu e, evidentemente, a demanda por ensino, especialmente o superior, cresceu exponencialmente, estando hoje, no município, três novas instituições particulares buscando atender a essa demanda.

De uma maneira geral, as críticas maiores em relação à estrutura e funcionamento da Unidade de Macaé, quer por parte dos alunos, quer por parte dos docentes, recaem sobre a infra-estrutura das instalações das salas de aula, extremamente desconfortáveis; a Biblioteca, insuficiente em relação aos títulos disponíveis; e principalmente o laboratório de informática, com um número muito pequeno de unidades que carecem de atualização e de aplicativos.

A criação do Pólo de Rio das Ostras, apesar de ter somente cursos da área das ciências sociais, e de Quissamã (Turismo), junto com o de Macaé, caso este tenha expansão com cursos de Engenharia da Produção e de Petróleo e Gás, podem tornar a região do Litoral Leste Fluminense um importante núcleo de formação de profissionais para os quais não faltará mercado de trabalho.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: TIPO E MÉTODO DA PESQUISA

Com base na tipificação proposta por Vergara (2006), a pesquisa realizada está assim caracterizada:

- a. **Quanto aos fins**, é simultaneamente um **estudo exploratório** que, segundo Vergara (2006), “é um estudo realizado em área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Completando a conceituação da autora “por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, entretanto, poderão surgir no decorrer da pesquisa”. Entretanto, vários autores apontam que um determinado tema pode admitir caracterizações paralelas ou complementares (Cervo et al., 2007). Neste sentido, o estudo da interiorização da UFF em Macaé, complementarmente é uma **pesquisa aplicada**, isto é, motivada pela necessidade de resolver ou equacionar um problema concreto, imediato ou não, apontando caminhos.

- b. **Quanto aos meios**, a pesquisa também recebe uma dupla classificação, pois é tipicamente **pesquisa de campo**, tendo o autor desta se dirigido à cidade de Macaé, por várias vezes, para obter as informações necessárias e manter contato com os diferentes **sujeitos** que poderiam fornecer as informações desejadas. Entretanto, poderia ser classificada também como um **estudo de caso**, por estar referido a determinada unidade. O apoio **documental**, promovido pelas duas entidades envolvidas (UFF e Prefeitura Municipal) foi relativamente escasso, tendo em vista estabelecer uma visão histórica mais consistente. O autor se valeu de informações oriundas de pessoas que participaram ativamente do processo de implantação e desenvolvimento da Unidade. Entretanto, o grande número de documentos editados pelo MEC / INEP tornou-se fonte valiosa para a análise das políticas, programas e projetos envolvendo a avaliação da qualidade da educação superior brasileira.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A avaliação de um empreendimento na área de educação superior, tendo em vista apresentar uma versão completa de sua implementação, só poderia ter uma parcela de credibilidade se conseguisse “ouvir” todos os atores que participaram direta ou indiretamente dessa importante iniciativa. Neste sentido, os **sujeitos** participantes da pesquisa podem ser classificados em 3 grandes categorias: **alunos, professores e dirigentes**.

Os **alunos**, que atualmente freqüentam os cursos de Administração e Ciências Contábeis, testemunhas recentes do processo; os **professores**, em sua maioria presentes desde a implantação dos cursos em Macaé; e os **dirigentes**, em número de 3 (três). Estes, com uma visão completa do “Projeto Macaé”, sendo que 2 (dois) deles com participação direta na implantação desse empreendimento; respectivamente a Prof. Maria Eny Carvalhal Rodrigues, Presidente durante oito anos da Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC); o Professor Alberto Santos Lima Filho, Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, também por oito anos; e o outro respondente, Professor Dryden Arezzo, que simultaneamente exerceu as funções de Coordenador do curso de Administração (por 2 anos) e também de professor, em Macaé, por 8 (oito) anos. Em relação aos alunos estima-se que os 2 (dois) cursos tenham em média 600 matriculados.

3.4 INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Tratando-se de um estudo exploratório, o método utilizado foi a pesquisa de campo via *survey* (sondagem), sendo os instrumentos a aplicação de **questionários e a realização de entrevistas**.

a) Questionários

Os questionários foram montados a partir do modelo de Escalas (métricas; não-métricas), um instrumento atualmente muito popular que procura **medir**, utilizando uma **escala ordinal numérica de 5 pontos**, as **“percepções dos respondentes em relação à afirmações sobre o curso, a qualidade das aulas e a infra-estrutura disponível, em especial biblioteca e laboratórios de informática”**.

Segundo Hays Jr. et al. (2005), e aplicações de Mantovani et al. (2007), a escala ordinal é uma escala não-métrica denominada também de comparativa. Uma característica que distingue a escala comparativa é que as respostas para as perguntas são avaliadas umas com as outras e não de forma independente. Essas escalas são consideradas instrumentos de mensuração ordinal, pois os objetos são avaliados segundo uma maneira ordenada, refletindo preferências, percepções ou importância, segundo um “ranqueamento”. As escalas, de uma maneira geral, procuram medir atributos que se distinguem em grau de intensidade, de forma que, além da intensidade/desigualdade, podem se reconhecer relações de ordem e cujo ponto

médio expressa uma situação intermediária de indiferença, dúvida ou nulidade. Os valores mais elevados dessa escala correspondem positivamente ao que foi questionado. No caso dos respondentes **alunos e professores**, a avaliação foi referida a cinco pontos em escala descendente, sendo o maior **sempre sim** e o menor **nunca**. Os pontos intermediários correspondem às expressões **quase sempre, às vezes, nunca**, onde classificamos as respostas de acordo com os seguintes critérios: maior número de respostas SEMPRE/SIM corresponde a Bastante Favorável, com percentual entre 75% e 100% (Muito Satisfatório); prevalência da resposta QUASE SEMPRE significa um comportamento Favorável, com percentual entre 50% e 75% (Satisfatório); e maioria de respostas ÀS VEZES e NUNCA/NÃO correspondem a resultados Não Favoráveis, com percentual entre 0 e 50% (Preocupante). A escala permite determinar se um “objeto” tem mais ou menos que um outro objeto. Mas ela não possibilita ao pesquisador determinar quanto (HAYS JR. et al., 2005).

Os resultados dessa mensuração encontram-se representados em **gráficos de colunas**. De um universo de aproximadamente 50 professores e 600 alunos, os questionários foram respondidos por aproximadamente 70% dos alunos e 50% dos professores, o que pode ser classificado como uma amostra expressiva, apesar de ter sido “ao acaso”.

Deve ser ressaltado que não houve distinção entre alunos e professores dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Neste sentido, os resultados refletem a situação global na unidade de Macaé vinculada à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense.

O modelo utilizado revelou-se bastante prático, sendo preenchido com relativa facilidade por 423 alunos e 23 professores, não demandando mais do que 15 minutos em média para cada tipo de respondente.

Em relação ao **tratamento estatístico**, tendo em vista o pequeno número de indicadores, não se aplica o cálculo de qualquer instrumental estatístico, como medidas convencionais de posição – mediana, que destaca a categoria que divide as opiniões ao meio, e moda. Com um número maior de opções isso poderia ocorrer.

A. **Nível de percepção dos alunos** em relação ao curso, estando em julgamento aspectos didático-pedagógicos, disponibilidade de infra-estrutura de informática e biblioteca. Os **indicadores** utilizados foram:

- Aluno presente e atento às aulas;
- Aluno com a matéria em dia;

- Aulas contribuindo para o aprendizado;
- Professor pontual;
- Professor assíduo;
- Professor disponível para dúvidas;
- Biblioteca com as referências que necessito;
- Instalações prontas para utilização;
- Equipamentos e aplicativos de informática disponíveis;
- Atendimento satisfatório da Administração;
- Atendimento satisfatório da Coordenação do Curso;
- Programa integralmente cumprido;
- Conteúdo integralmente assimilado.

B. Nível de percepção dos docentes, estando em julgamento aspectos relacionados ao comportamento e aproveitamento dos alunos, disponibilidade de infra-estrutura de apoio didático (laboratório de informática e biblioteca) e auto-avaliação de seu desempenho em relação à observância de horários de entrada e saída, carga horária das disciplinas e cumprimento do programa de curso.

- Alunos com conhecimentos básicos (pré-requisitos);
- Aulas iniciando no horário previsto;
- Alunos atentos às aulas;
- Alunos com a matéria em dia;
- Professor disponível para dúvidas (*vale Internet*);
- Biblioteca com as referências que preciso para ministrar as aulas;
- Instalações prontas para serem utilizadas;
- Infra-estrutura de informática disponível;
- Aplicativos necessários, instalados e disponíveis;
- Sentida a falta de monitores;
- Plano de curso integralmente cumprido;
- Conteúdos completamente assimilados pela turma;
- Meu comparecimento às atividades extra-classe.

b) Entrevistas

As **entrevistas** seguiram um modelo **estruturado**, com base no roteiro apresentado a seguir, tendo sido produzida uma montagem das opiniões sem discriminar seus autores. As entrevistas foram efetivadas com pessoas que, de uma certa maneira, estiveram envolvidas com a execução do chamado Projeto Macaé, em especial o Professor Alberto Santos Lima Filho, diretor por 8 (oito) anos consecutivos da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense, e que integrou a Comissão interdepartamental para a implementação do Programa de Interiorização; o Professor Luís Perez Zotes, atual coordenador do curso de Administração e também docente dos quadros de Macaé há seis anos, o Professor Dryden Arezzo, professor aposentado da UFF, onde exerceu por 30 anos a docência, inclusive em Macaé e, simultaneamente às suas funções docentes, foi membro permanente da Comissão Nacional de Especialistas em Administração do MEC/INEP, no período de 1997 a 2002. Por parte da Prefeitura de Macaé foi entrevistada a Professora Maria Eny Carvalho Rodrigues, Presidente da Fundação Municipal de Educação de Macaé (FUNEMAC) por 8 (oito) anos.

Tendo como base uma pergunta-chave – **Expresse, de uma maneira geral, sua avaliação crítica sobre o Projeto UFF, em Macaé, considerando os seguintes pontos** – foram solicitadas opiniões sobre os temas ou itens a seguir relacionados:

- a) Contribuição do Programa UFF na formação do pessoal de nível superior, com bom nível de qualificação profissional;
- b) Participação na discussão dos principais problemas do município e de seu entorno;
- c) Integração no cotidiano econômico e social da região do litoral leste;
- d) As condições estabelecidas pelo convênio, com destaque para as atribuições do município (fornecimento de infra-estrutura; concessão de bolsa para os docentes que se deslocavam para Macaé), e a contribuição da UFF por intermédio de apoio didático-pedagógico;
- e) Seus pontos fortes e pontos fracos;
- f) A continuidade do convênio e sugestões para um novo termo.

4 RESULTADOS

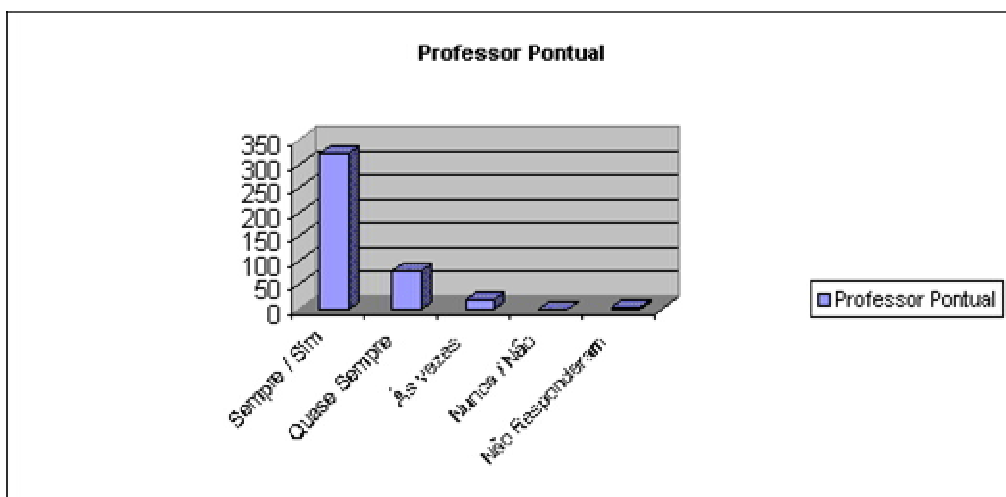
4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS: PESQUISA DE CAMPO

4.1.1 Nível de percepção dos alunos em relação à qualidade dos cursos

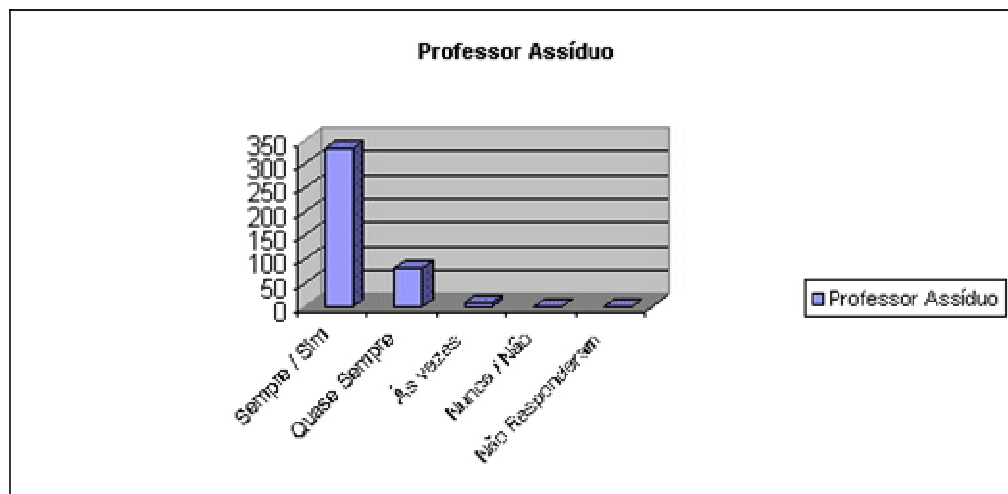
Foram considerados 3 (três) indicadores: (a) desempenho dos docentes; (b) infraestrutura de apoio didático-pedagógico; e (c) apoio administrativo por parte das autoridades municipais e federais, no caso a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFF.

- a. Em relação ao desempenho dos docentes, a avaliação é bastante satisfatória tendo em vista a pontuação obtida pelos indicadores, tais como:
- pontualidade (76%); assiduidade (79%) do professor; e sua disponibilidade para dúvidas (78%).

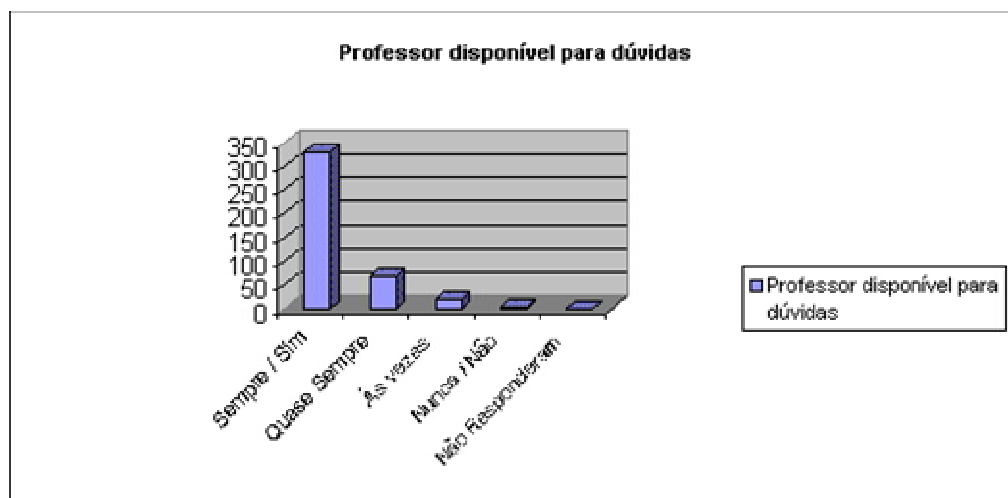
	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Professor Pontual	322	80	18	1	2



	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Professor Assíduo	334	81	7	0	1



	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Professor disponível para dúvidas	330	68	21	3	1



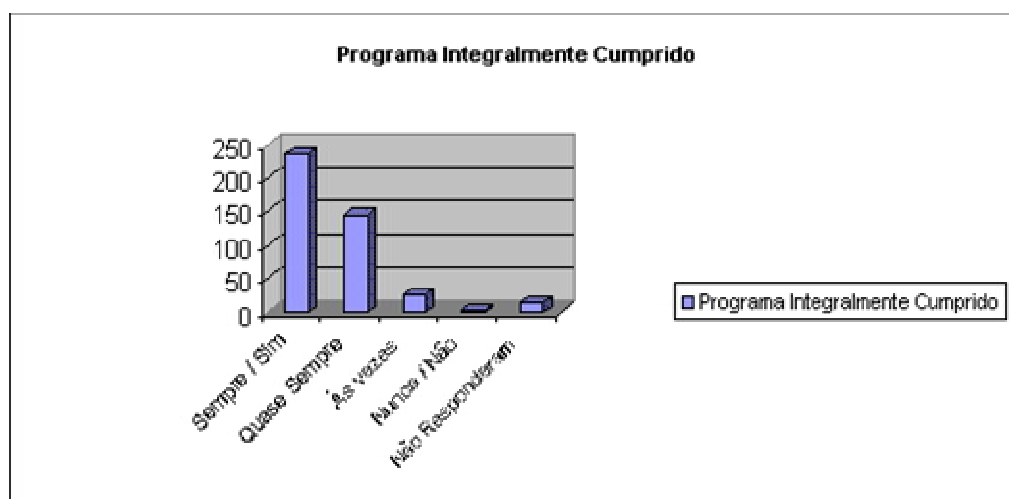
Deve ser ressaltado que todos os professores dos cursos se deslocam semanalmente de Niterói para Macaé, alguns vindo de Itaperuna ou Miracema (caso de alguns professores do curso de Ciências Contábeis) que fazem em 2 (dois) dias, às vezes, um verdadeiro circuito no interior fluminense.

Ainda no grupo relativo à atuação dos docentes, na percepção dos estudantes, 2 (dois)

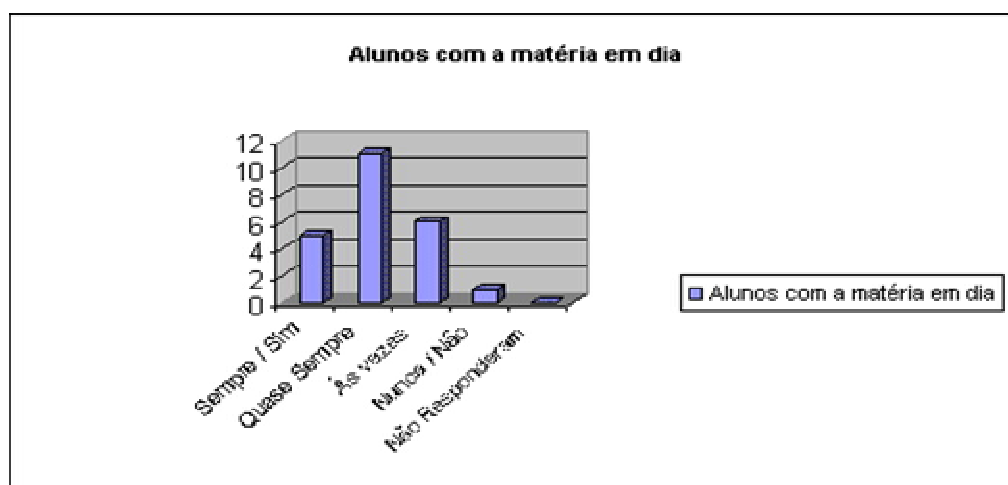
indicadores devem ser considerados bastante favoráveis:

- programa das disciplinas integralmente cumprido – na percepção de 56% (sempre sim) e 35% (quase sempre);

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Programa Integralmente Cumprido	236	145	26	2	14

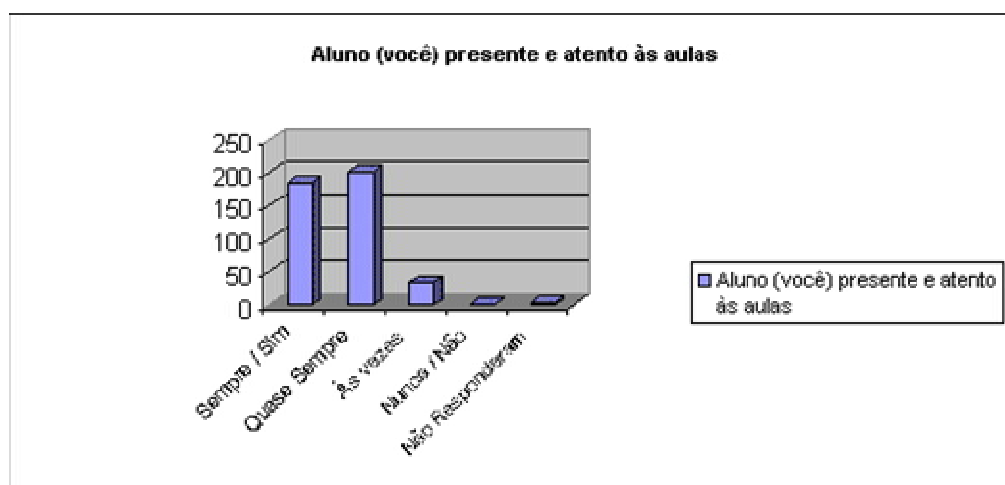


	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Alunos com a matéria em dia	5	11	6	1	0



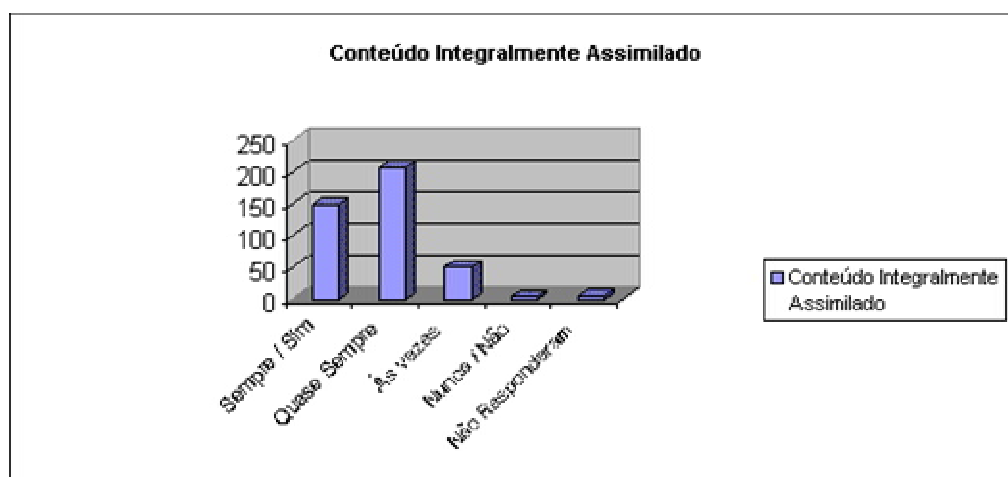
	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não
--	--------------	--------------	----------	-------------	-----

					Responderam
Aluno (você) presente e atento às aulas	184	201	34	1	3



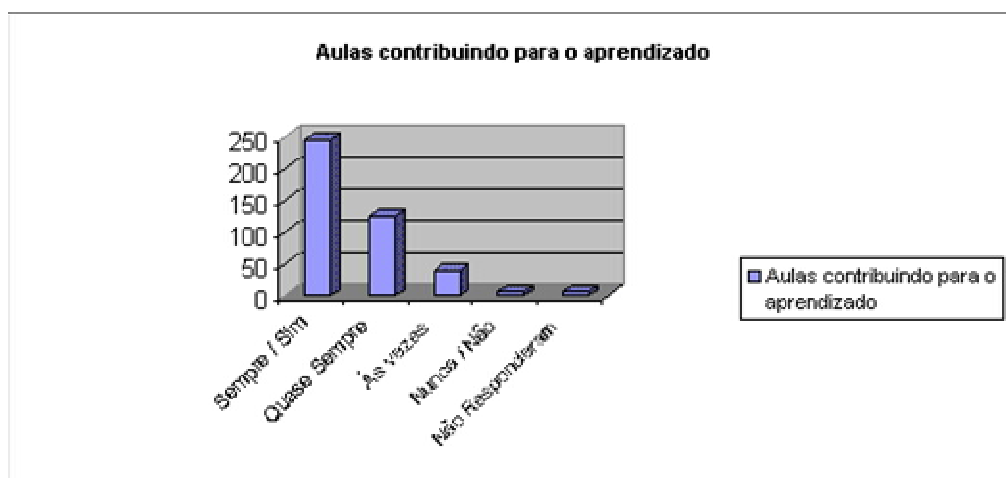
- conteúdo programático completamente assimilado – na percepção de 35% (sempre sim) e 49% (quase sempre).

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Conteúdo Integralmente Assimilado	149	207	51	4	6



	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam

Aulas contribuindo para o aprendizado	246	125	40	6	6
---------------------------------------	-----	-----	----	---	---



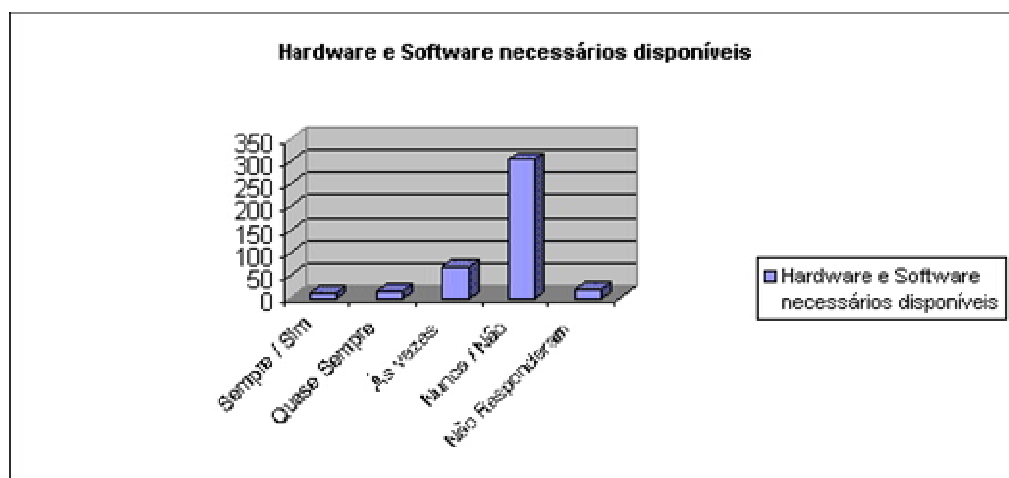
Conclusão: A avaliação da qualidade dos cursos em Macaé, na perspectiva dos alunos, considerando a atuação dos docentes e a implementação dos conteúdos programáticos, pode ser considerada como relativamente satisfatória, tendo em vista a posição dos indicadores na escala.

b. Em relação à infra-estrutura de apoio didático-pedagógico – biblioteca e laboratório de informática – a avaliação foi bastante crítica, bem como às instalações de uma maneira geral. Essa avaliação é consequência dos fatores a seguir relacionados, que contrariam o Manual de Avaliação Externa do MEC / INEP, de 2005.

- As aulas são ministradas em uma escola municipal voltada às séries iniciais. O **laboratório de informática** não dispõe de número satisfatório de computadores que possam atender à demanda dos alunos matriculados, havendo necessidade de se promover rodízio ou realizar as aulas aplicadas em duplas de alunos; a esses problemas permanecem os pontos negativos relacionados a renovação dos conjuntos e de aplicativos novos. O curso de Ciências Contábeis é o maior prejudicado, tendo em vista que, atualmente, muitas de suas disciplinas exigem o uso de aplicativos especializados. O curso de Administração também é dependente desses componentes, pois várias disciplinas têm sua efetividade diminuída na falta destes.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
--	--------------	--------------	----------	-------------	-----------------

Hardware e Software necessários disponíveis	12	17	69	304	21
---	----	----	----	-----	----



- A biblioteca, que ocupa espaço exíguo, apresenta deficiências gritantes não só em relação à disponibilidade de títulos, mas também na quantidade indicada pelos órgãos educacionais. O ponto positivo repousa na presença de bibliotecárias profissionais, mas que gerenciam um acervo insuficiente para a demanda existente.

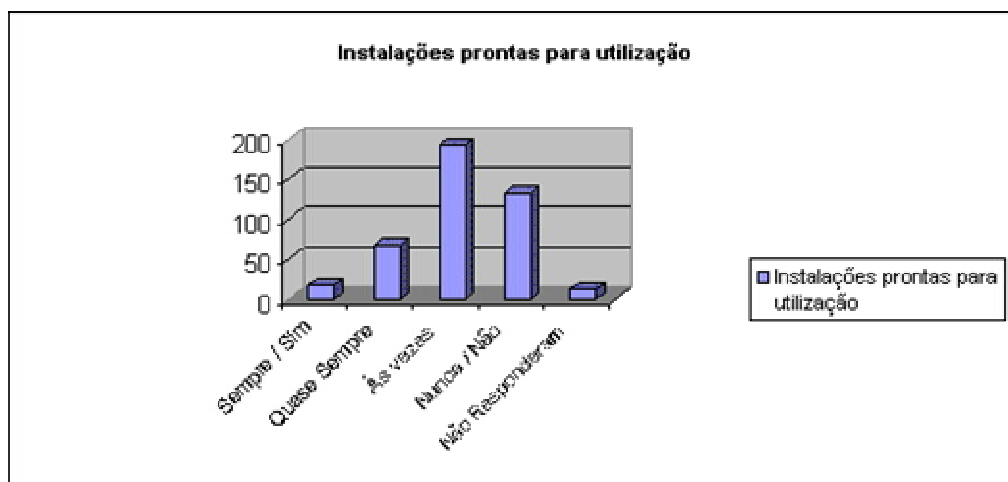
	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Biblioteca com as referências que necessito	55	156	181	23	5



- As instalações, que em período diurno atendem ao ensino fundamental de

responsabilidade do município, compreendem salas de aulas e mobiliário complementar que proporcionam um ambiente pouco confortável para alunos em idade adulta. Complementarmente, há salas que não comportam o número de alunos matriculados, caso todos compareçam às aulas.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Instalações prontas para utilização	17	68	192	133	13

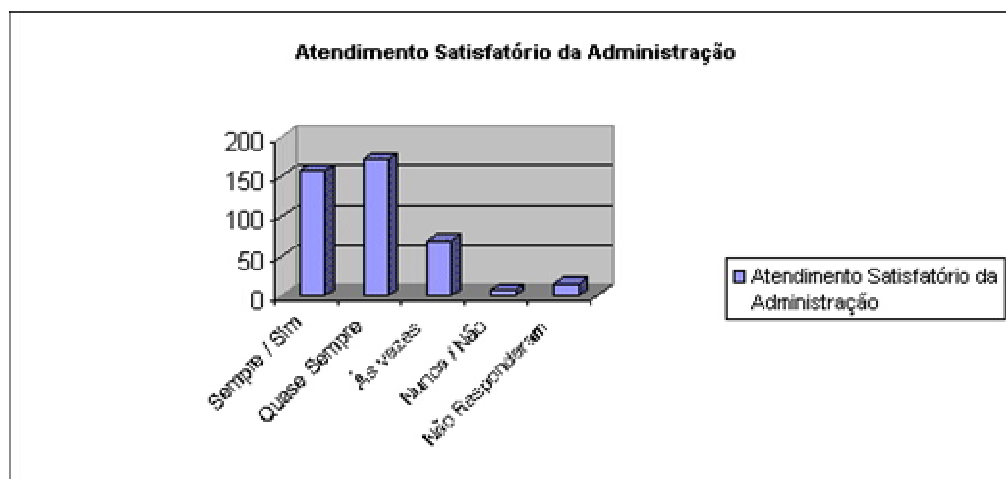


Conclusão: A avaliação da qualidade do curso em função da infra-estrutura de apoio às atividades didático-pedagógicas, Laboratório de Informática e Biblioteca, é preocupante, revelando uma grande fragilidade para que seja enquadrado em padrões satisfatórios, segundo os requisitos e especificações do Ministério da Educação.

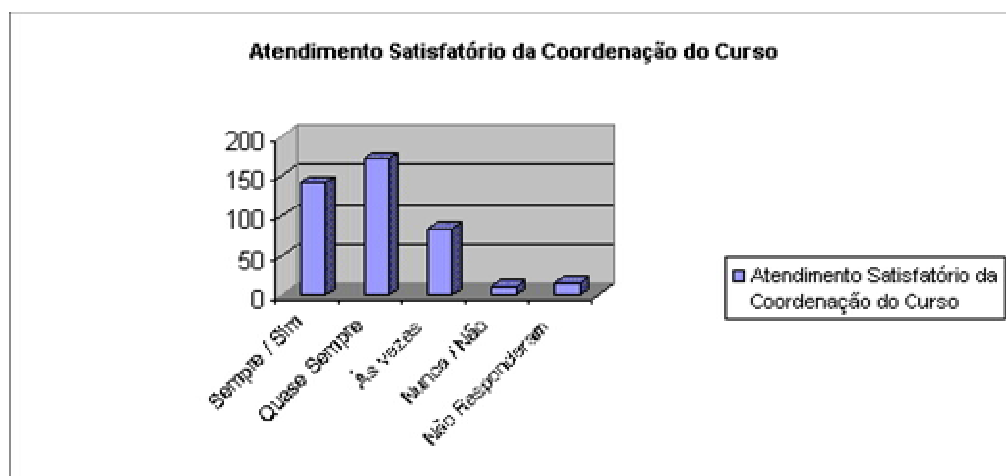
c. A avaliação da qualidade do curso em relação ao atendimento aos alunos levou em consideração 2 (dois) indicadores: “atendimento satisfatório da administração geral, compreendendo o apoio administrativo da competência das autoridades municipais, no caso, os funcionários da FUNEMAC disponibilizados para o convênio”, e o “atendimento das Coordenações dos cursos”, vinculados à UFF. Em ambos os casos a avaliação pode ser considerada dentro de padrões normais, ainda que inferiores à média. A UFF disponibiliza 2 (dois) funcionários administrativos, 1 (um) para cada curso, com deslocamentos semanais, havendo uma espécie de revezamento. Os Coordenadores dos cursos (UFF) estão obrigados a se deslocarem duas vezes por mês para Macaé. Os funcionários da FUNEMAC estão

presentes diariamente, constando de 1 (uma) Secretária Geral, que funciona como elemento de ligação entre as sedes dos cursos em Niterói e a FUNEMAC; 2 (duas) bibliotecárias; 2 (duas) funcionárias administrativas; 1 (um) segurança; e 1 (um) responsável pela limpeza geral da Unidade.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Atendimento Satisfatório da Administração	158	172	70	7	16



	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Atendimento Satisfatório da Coordenação do Curso	141	172	83	11	16



Conclusão: O apoio administrativo propiciado tanto pela Universidade Federal Fluminense

quanto pela Fundação Educacional de Macaé foi considerado como de regular para bom, apesar dos funcionários pertencentes à UFF não estarem presentes diariamente. Entretanto, os responsáveis pelos cursos em Niterói têm agido no sentido de manter presentes em Macaé, além do corpo docente, 1 (um) representante, pelo menos.

4.1.2 Nível de percepção dos professores em relação à qualidade dos cursos.

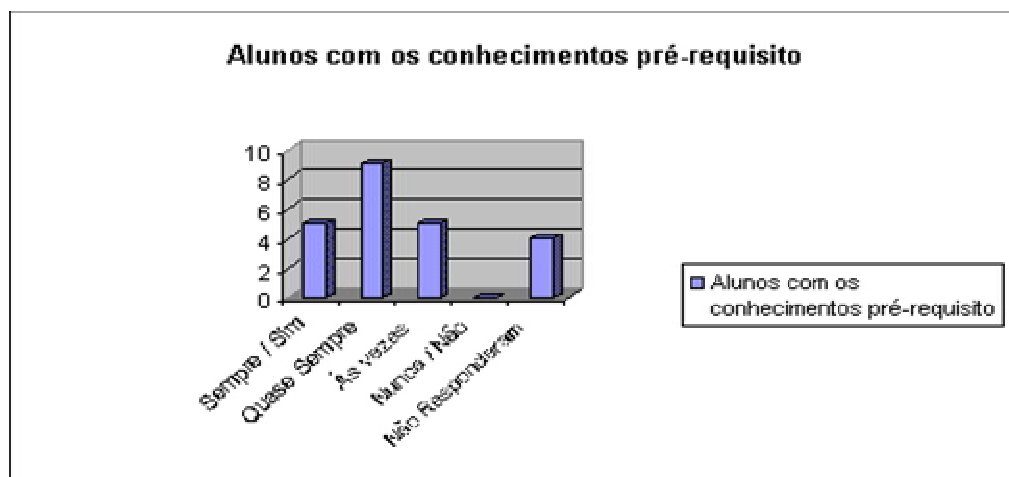
Foram considerados os seguintes indicadores:

- a. o nível de conhecimento, comportamento e aproveitamento dos alunos;
- b. a disponibilidade de infra-estrutura de apoio didático-pedagógico (biblioteca e laboratório de informática).
- c. auto-avaliação do desempenho, em função da observância do horário de entrada e saída, carga horária cumprida na implementação da disciplina e cumprimento do programa.

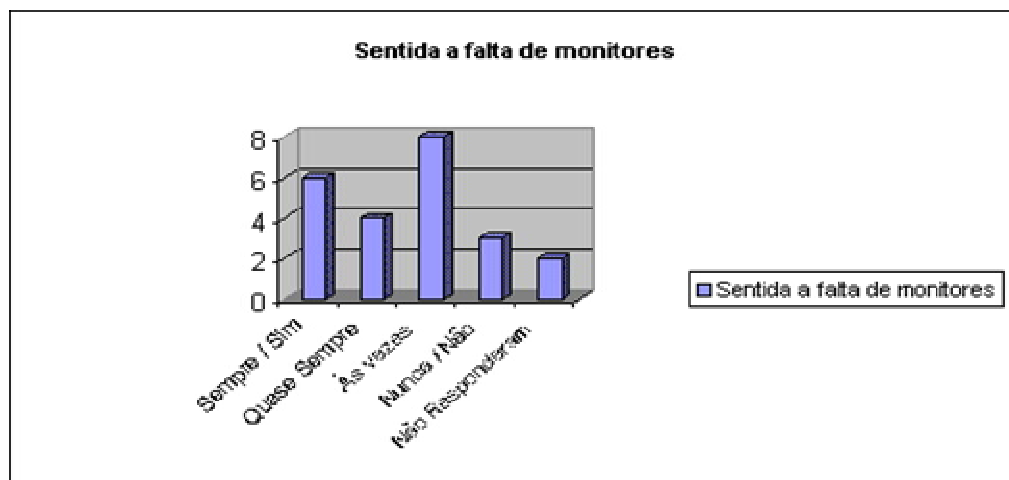
A análise dos resultados indica para as seguintes conclusões:

- a) **A percepção dos docentes, em relação ao nível de conhecimento, comportamento e atitudes dos alunos** foi avaliada pelos seguintes indicadores:
 - **Alunos com conhecimentos básicos (pré-requisitos):** a avaliação está de acordo com a normalidade encontrada no ensino brasileiro atual, isto é, apenas 22% dos alunos (**sempre sim**) chegam ao ensino superior com os pré-requisitos necessários para o acompanhamento normal dos conteúdos. Estariam, nesses casos, fundamentos essenciais em métodos quantitativos e capacidade em se expressar corretamente.

					Responderam
Alunos com os conhecimentos pré-requisito	5	9	5	0	4

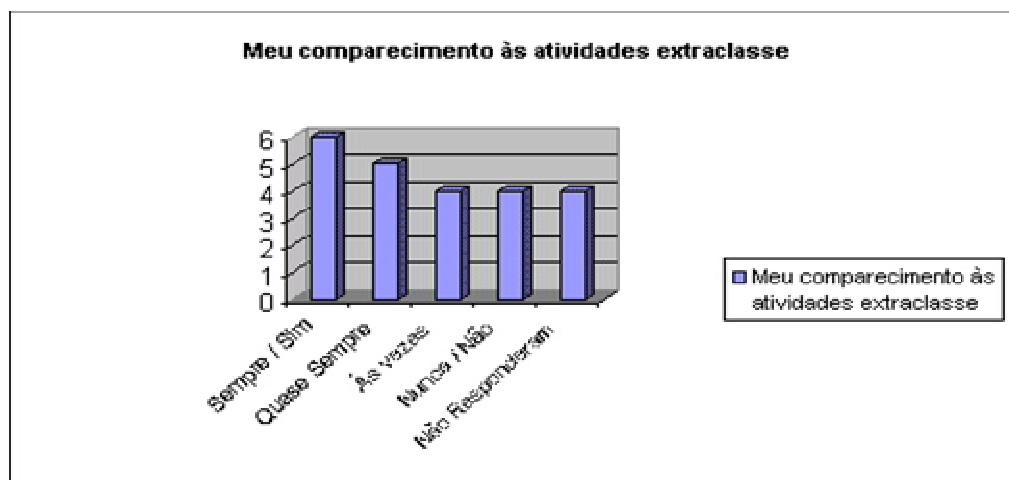


	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Sentida a falta de monitores	6	4	8	3	2



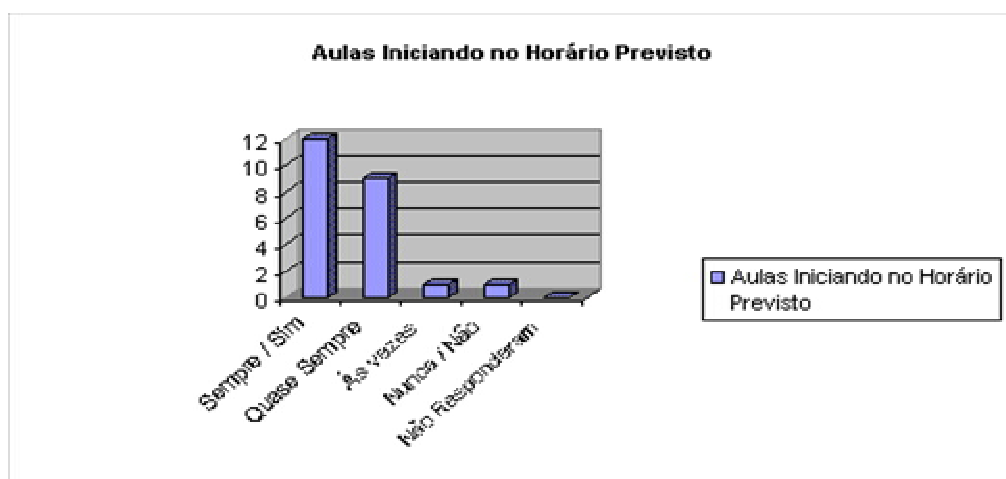
	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
--	--------------	--------------	----------	-------------	-----------------

						Responderam
Meu comparecimento às atividades extraclasse	6	5	4	4	4	4



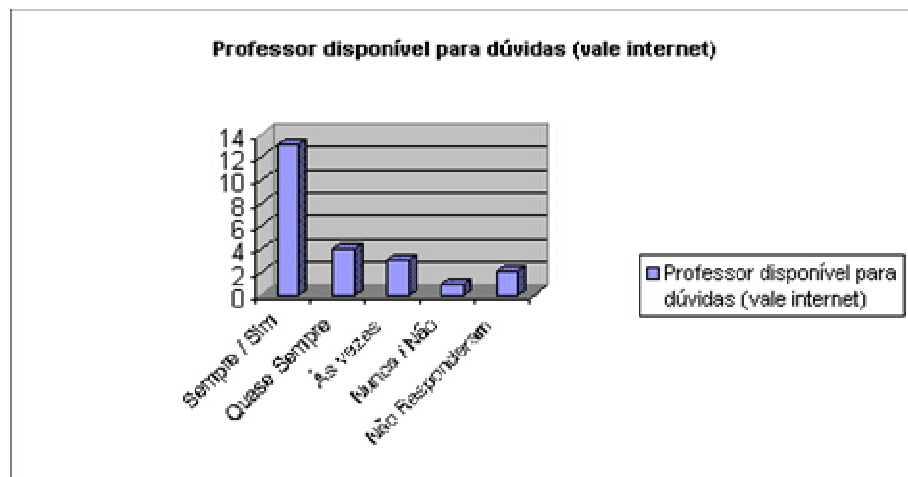
- **Aulas iniciando no horário previsto:** a avaliação dos docentes é satisfatória pois aproximadamente 2/3 dos docentes entrevistados revelam que 50%, em média, dos alunos, já estariam **quase sempre** em sala quando do início das aulas.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Aulas Iniciando no Horário Previsto	12	9	1	1	0



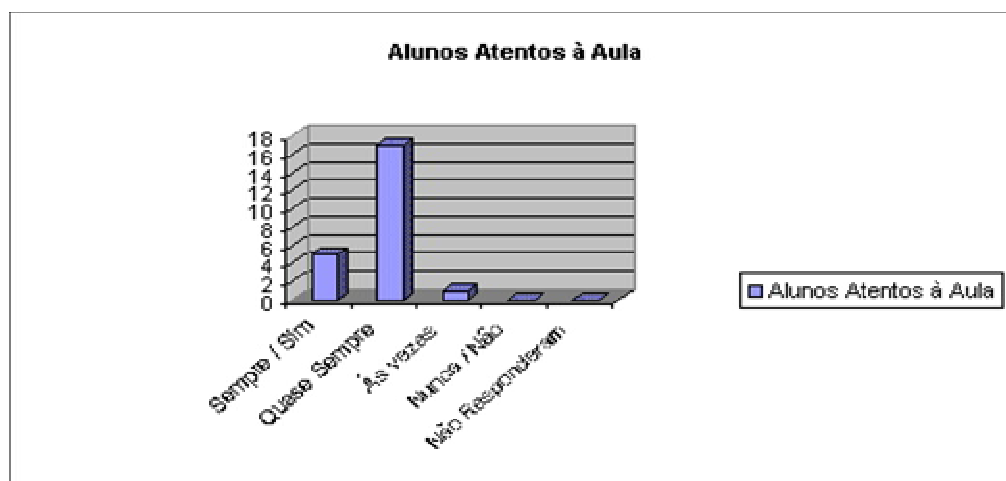
	Sempre / Sim	Quase	Às	Nunca /	Não
--	--------------	-------	----	---------	-----

		Sempre	vezes	Não	Responderam
Professor disponível para dúvidas (vale internet)	13	4	3	1	2



- **Alunos atentos às aulas:** a avaliação dos docentes está também dentro dos padrões esperados, pois para 74%, os alunos **quase sempre** estão atentos às aulas. Deve ser levado em conta que estar **sempre atento** constitui uma situação de comportamento praticamente impossível de ser encontrada.

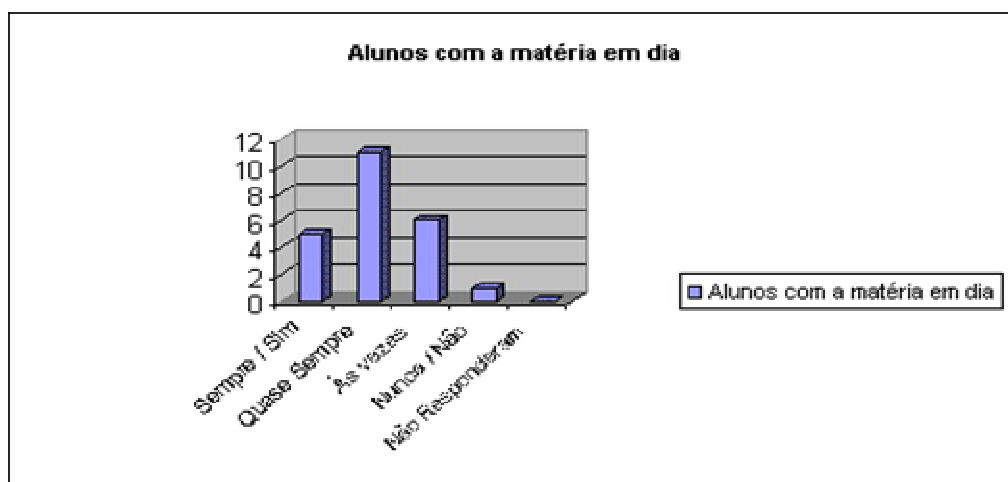
	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Alunos Atentos à Aula	5	17	1	0	0



- **Alunos com a matéria em dia:** a avaliação se apresenta com uma distribuição

mais homogênea, isto é, equilibrada entre os critérios “sempre sim”, “quase sempre” e “às vezes”.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Alunos com a matéria em dia	5	11	6	1	0



Conclusão: A percepção dos docentes em relação ao comportamento e atitude dos alunos na sala de aula é bastante favorável, revelando que o famoso jargão “eu finjo que ensino e você finje que aprende” não se aplicaria na unidade de Macaé, pois os indicadores apontam para uma avaliação favorável. A exceção estaria relacionada ao preparo deficiente que recebem no ensino fundamental e médio, conforme foi assinalado anteriormente.

- b) **A percepção dos docentes em relação à infra-estrutura de apoio didático-pedagógico: laboratórios de informática; biblioteca; instalações em geral.**
- **Biblioteca com as referências que preciso para ministrar as aulas:** a percepção dos professores em relação a esse critério difere um pouco da dos alunos desde que não ocorreu uma radicalização de posição. Para os docentes, 39% opinaram que “quase sempre” e 30% “às vezes” encontram os títulos que necessitam.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não
--	--------------	--------------	----------	-------------	-----

					Responderam
Biblioteca com as referências que preciso	4	9	7	3	0



- **Instalações prontas para serem utilizadas:** avaliação semelhante ao item anterior, isto é, com os mesmos percentuais e critérios de avaliação.

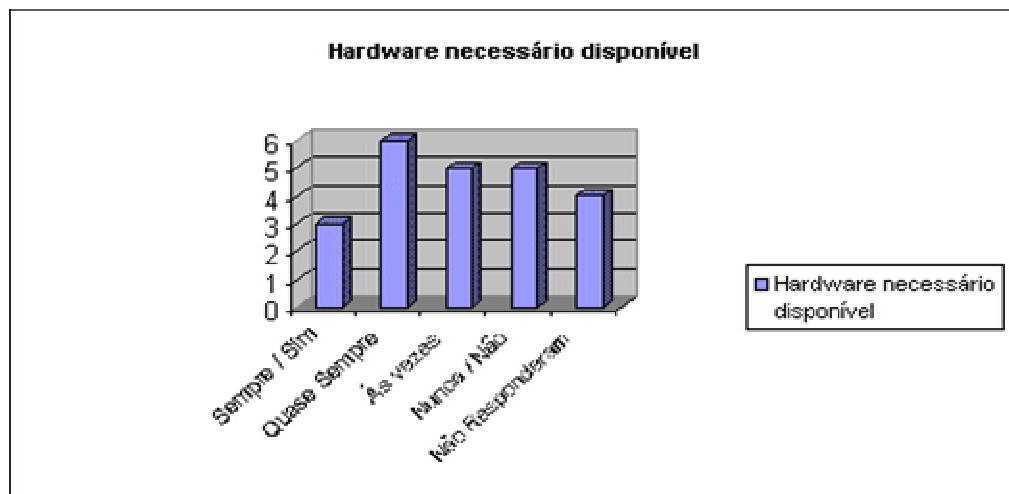
	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Instalações prontas para utilização	4	9	7	2	1



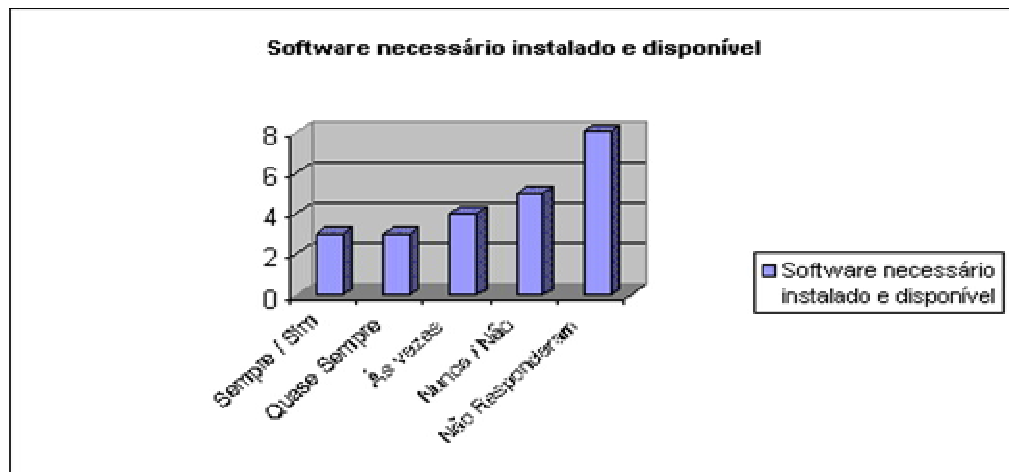
- **Infra-estrutura de informática disponível:** avaliação totalmente negativa,

idêntica à percepção dos alunos, isto é, sem disponibilidade, tanto no tocante ao número de máquinas quanto aos aplicativos a serem utilizados.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Hardware necessário disponível	3	6	5	5	4



	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Software necessário instalado e disponível	3	3	4	5	8



Conclusão: A percepção dos docentes em relação à disponibilidade dos recursos de apoio

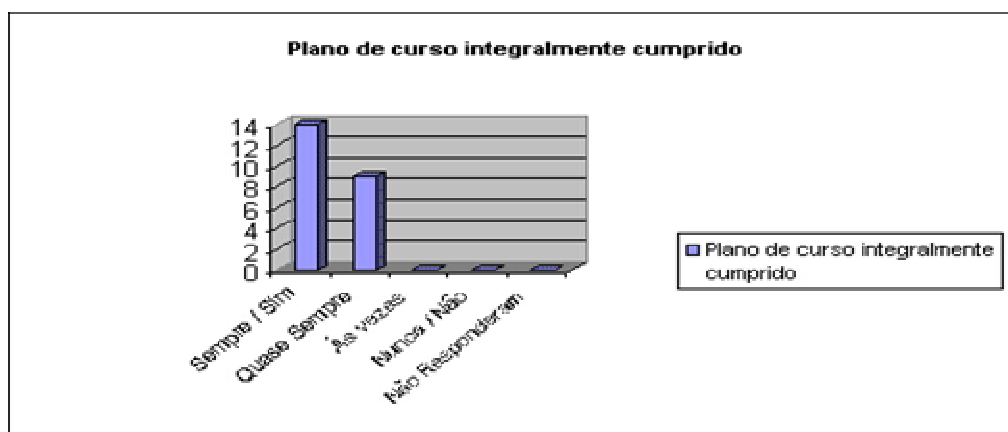
didático-pedagógico revela as mesmas deficiências apontadas pelos alunos.

c) **Auto-avaliação do desempenho.**

Foram utilizados os seguintes critérios:

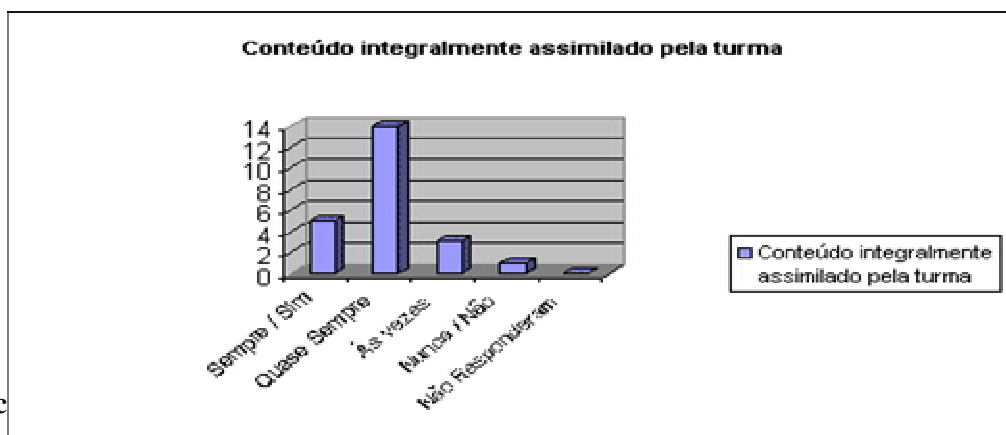
- **Plano de curso integralmente cumprido:** avaliação satisfatória, pois 61% dos docentes revelaram que cumprem integralmente seu plano de curso.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Plano de curso integralmente cumprido	14	9	0	0	0



- **Conteúdo completamente assimilado pela turma:** a auto-avaliação foi satisfatória, pois 61% informaram que “sempre sim”, e 39% “quase sempre”.

	Sempre / Sim	Quase Sempre	Às vezes	Nunca / Não	Não Responderam
Conteúdo integralmente assimilado pela turma	5	14	3	1	0



Conc

ação

positiva de seu desempenho, o que corrobora a análise feita pelos alunos. Há, pois, plena identidade entre alunos e professores que expressa o bom nível do ensino ministrado na Unidade da Universidade Federal Fluminense na cidade de Macaé.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS: ENTREVISTAS

- **Contribuição do Projeto Macaé na formação do pessoal de nível superior com bom nível de qualificação profissional.** Por mais falhas que o processo possa ter apresentado, é de grande valia a contribuição da UFF. Até os anos 80, Macaé esteve isolada, não se integrava a região de Campos e do noroeste ou à grande região dos lagos. A chegada da Petrobrás e o desenvolvimento de suas operações mudaram completamente o perfil da cidade. Havia uma grande massa crítica em formação oriunda de escolas técnicas (Campos e Macaé) e do ensino médio convencional que, com a chegada da UFF, ganharam condições para dar seqüência à sua formação profissional.
- **Participação na discussão dos principais problemas do município e de seu entorno.** Em nenhum momento houve qualquer participação oficial da UFF no sentido de integrar comissões ou de grupos de trabalho que discutissem propostas de programas ou projetos com as autoridades municipais. Mesmo tendo como alunos funcionários da municipalidade e também da Petrobrás (inclusive de nível superior), as discussões surgidas não passaram da informalidade em consequência de trabalhos de determinadas disciplinas. Provavelmente esta poderá ser considerada uma das grandes falhas ocorridas no programa de interiorização.
- **Integração no cotidiano econômico e social da região leste fluminense.** Questão similar a anterior, onde a participação do convênio foi nula ou desprovida de qualquer repercussão. O sistema que regulava a presença, em Macaé, de professores e dirigentes da UFF, isto é, eventualmente ou uma vez por semana, impedia essa integração, que teria uma amplitude maior além de ficar circunscrita ao município.

- **As condições estabelecidas pelo convênio, com destaque para as atribuições (fornecimento de infra-estrutura, concessão de bolsas para os docentes que se deslocavam para Macaé), e a contribuição da UFF, por intermédio do apoio didático-pedagógico.** Com destaque para as bolsas de incentivo para os docentes. O valor dessas bolsas se tornou um incentivo bastante atraente para os docentes que se deslocavam para Macaé, enfrentando cansativas viagens de ônibus, que demandavam um total de 6 (seis) horas semanais em ida e vinda. A contribuição didático-pedagógica da UFF, por intermédio de seus docentes, pode ser considerada como excelente, tendo em vista os bons resultados obtidos pelos cursos de Administração no antigo Provão. Entretanto, a infra-estrutura de apoio didático-pedagógica propiciada pelas duas entidades revelou-se extremamente deficiente quando são considerados a biblioteca e seu acervo, além do laboratório de informática, com máquinas desatualizadas e insuficientes para o número de alunos matriculados.

Todas essas deficiências, aliadas ao mobiliário das salas de aulas, inadequado para público adulto, tornavam o ambiente desestimulante para a frequência cotidiana às aulas. A possibilidade da obtenção de um diploma do ensino superior fornecido por uma instituição federal acabava por se constituir no único fator para justificar a presença diária na sala de aula.

- **Pontos Fortes e Pontos Fracos do convênio**

Como **pontos fortes** podem ser assinalados: (a) a qualidade do corpo docente, todo ele titulado, no mínimo com especialização e mestrado, e dispondo da competência necessária para ministrar os conteúdos sob sua responsabilidade; (b) o comprometimento dos alunos matriculados que, em sua maioria, estão sempre presentes e apresentando resultados de médio para bom.

Como **pontos fracos**, são destaques: (a) infra-estrutura disponibilizada pelas partes convenientes. Caso fosse submetida à avaliação de uma comissão de especialistas, não seria aprovada, ou aprovada com restrições, com prazos para apresentar melhorias; (b) não ter previsto uma ampliação das atividades da UFF, no sentido de participar de discussões referentes ao desenvolvimento do município e de seu entorno.

- **A continuidade do convênio e sugestões para um novo termo.**

A ação da UFF em Macaé constitui uma experiência com resultados altamente satisfatórios, pois gerou uma massa crítica de qualidade para a região e para as empresas que para lá se deslocaram no rastro das ações da Petrobrás. É evidente que o convênio deve continuar, mas as partes têm que rever as respectivas obrigações. A UFF, em função do que já realizou há mais de 25 (vinte e cinco) anos em Volta Redonda, Campos e Pádua e, mais recentemente na instalação dos pólos de Volta Redonda, Rio das Ostras e Nova Iguaçu, deverá rever sua participação em Macaé, com a formação de um quadro autônomo de docentes. Em parceria com a Prefeitura, dotar a Unidade de uma infra-estrutura de apoio didático-pedagógico de qualidade, envolvendo biblioteca e laboratório de informática, além da construção de novas instalações em terrenos doados pela Prefeitura. O envolvimento e participação da Petrobrás poderia ser a grande solução para a correção dos pontos fracos assinalados.

5 CONCLUSÕES

a) Qual a percepção, por parte de alunos e docentes, da qualidade do ensino ministrado nos cursos de graduação de Administração e Ciências Contábeis, da Universidade Federal Fluminense, em Macaé?

- **Na percepção dos alunos**, o curso apresenta índices de qualidade satisfatórios quando é considerada a **qualidade do corpo docente**, na medida em que 88% opinaram *que as aulas estão contribuindo (sempre ou quase sempre) para o aprendizado profissional*. Isso expressa a qualidade do corpo docente, onde todos são pós-graduados e há aderência de sua formação à disciplina que ministram. Complementarmente, o comprometimento do corpo docente com o curso em Macaé, para onde se deslocam semanalmente, é expressivo pois aproximadamente 80% dos alunos afirmaram a *pontualidade, assiduidade e disponibilidade para tirar dúvidas*. Apenas o critério referente à **assimilação dos conteúdos ministrados** apresentou elevado índice de dispersão na avaliação do corpo docente.

Na percepção dos alunos, a infra-estrutura de apoio didático-pedagógica representada pelas **instalações da biblioteca e seu acervo e laboratório de informática com os respectivos aplicativos, bem como as instalações, aí compreendendo o mobiliário de sala de aula**, mereceram críticas por não atenderem aos requisitos mínimos exigidos para um curso universitário mantido por instituições públicas.

- **Na percepção dos docentes**, as instalações, a biblioteca e o setor de informática, isto é, a infra-estrutura de apoio didático-pedagógico, se não afetam de maneira expressiva a qualidade dos cursos, impede que os alunos apresentem melhor rendimento. A falta de estrutura acaba se tornando um elemento impeditivo para uma maior permanência dos alunos na unidade escolar.

b) Que estratégias devem ser estabelecidas visando a continuidade e perenidade da parceria UFF / Prefeitura Municipal de Macaé?

Ficou claro que não há mais condições de continuar o clima de insegurança que ronda

o convênio todas as vezes em que é necessária a renovação. Há resistências por parte da Prefeitura Municipal em continuar o pagamento das bolsas de auxílio para os professores que para lá se deslocam. Sem as bolsas não haverá docentes dispostos a esse deslocamento semanal. Outrossim, não é mais possível a Unidade de Macaé continuar mantendo em situação precária a Biblioteca e seu acervo, bem como o laboratório de informática, desatualizado e insuficiente para atender ao número de alunos matriculados. Há informações de que, definitivamente, a Prefeitura não demonstra mais interesse em manter o convênio de acordo com os termos atuais.

A criação, pelo governo federal, de pólos de educação superior em determinadas regiões do estado, como já foi mencionado anteriormente, onde os municípios participam apenas com as instalações ou a área para que se construa a unidade de ensino, fez com que a Prefeitura de Macaé exigisse tratamento assemelhado. Nesse sentido, a estratégia a seguir pela UFF deverá estar relacionada a dois pontos:

- Criar um corpo docente autônomo para a Unidade de Macaé, via concurso público, como ocorreu com Rio das Ostras, Quissamã e Volta Redonda.
- Estabelecer parcerias envolvendo UFF, Prefeitura Municipal e Petrobrás, visando a construção de imóvel apropriado, além da aquisição de equipamentos de informática e acervo bibliográfico.

5.1 RECOMENDAÇÕES

a) Considerando que o “estudo de caso” apresenta características nitidamente exploratórias, carecendo de dados concretos, torna-se necessário um maior aprofundamento do estudo, de maneira que possa servir de orientação para as decisões das autoridades envolvidas.

b) Sugerir a realização de um seminário envolvendo autoridades da UFF, Prefeitura Municipal e Petrobrás, visando estabelecer uma agenda para institucionalizar a parceria e também discutir e debater os rumos do município e seu entorno, integrado pelos municípios de Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã e Casemiro de Abreu.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Karl. *Revolução nos serviços: como as empresas podem revolucionar a maneira de tratar os clientes*. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

BARBOSA, Livia. *Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEMO, Pedro. *Educação e qualidade*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1999.

DENTON, D. Keith. *Qualidade em serviços: o atendimento ao cliente como fator de vantagem competitiva*, São Paulo: Makron books, 1990.

HAIR JR., Joseph F et al. *Fundamentos e métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFFMAN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção, da pré-escola à universidade*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

LEVIN, Jack. *Estatística aplicada às ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Harbra, 1987.

MANTOVANI, Dayelly Melina Nassif et al. Atitudes dos alunos do curso de administração em relação à estatística. *Revista ANGRAD – Associação Nacional dos cursos de graduação em Administração*, Rio de Janeiro. v.8, n.1, jan-mar. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Brasil). *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma avaliação de instituições de ensino superior*. Brasília: MEC, 2004.

_____. *Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior: Avaliação externa de Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumentos* Brasília, 2005.

MEZOMO, João Catarin. *Educação e qualidade total: a escola volta às aulas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Marco A. (coord.). *Mitos e realidades da qualidade no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1994.

RAMOS, Cosete. *Excelência na educação: a escola de qualidade total*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

STEVENSON, William J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harbra, 2001.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Universidade, Qualidade e Avaliação*. Rio de Janeiro: Qualitymark / Dunya, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanelli. *Parceria na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

APÊNDICES

Formulário de avaliação da disciplina pelo professor

UFF/LATEC FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA PELO PROFESSOR

Curso: _____ Professor: _____
 Disciplina: _____ Período: _____ Ano: _____

1. Nossas metas para o aprendizado:

	Sempre Sim	Quase sempre	Às vezes	Nunca Não
Alunos com os conhecimentos pré-requisito				
Aulas iniciando no horário previsto				
Alunos atentos às aulas				
Alunos com a matéria em dia				
Professor disponível para dúvidas (vale internet)				
Biblioteca com as referências que necessito				
Instalações prontas para utilização				
Hardware necessário disponíveis				
Software necessário disponíveis				
Sentida a falta de monitores				
Plano de curso integralmente cumprido				
Conteúdo integralmente assimilado pela turma				
Meu comparecimento às atividades extra-classe				

2. Avaliação objetiva:

	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
Conteúdo da disciplina é					
Seqüência dos tópicos na disciplina é					
Salas de aula são					
Laboratórios de computação são					
Facilidade de xerox e impressão					
Sistema de reserva de recurso ensino					
Funcionalidade da sala dos professores					
Atendimento pela administração					
Atendimento pela coordenação					
Qualidade da cantina/lanches					
Minha avaliação geral é					

4. Comentários, Críticas e Sugestões (utilize o verso, se necessário):

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UNIDADE DE MACAÉ - CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS						
QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR - NÍVEL DE PERCEPÇÃO DO CORPO DOCENTE (PROFESSORES)						
CRITÉRIOS (%)	SEMPRE SIM	QUASE SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA / NÃO	NÃO RESPONDERAM	
INDICADORES						
ALUNOS COM OS CONHECIMENTOS PRÉ-REQUISITO	22	39	22	0	17	100
AULAS INICIANDO NO HORÁRIO PREVISTO	52	39	4,5	4,5	0	100
ALUNOS ATENTOS ÀS AULAS	22	74	4	0	0	100
ALUNOS COM A MATÉRIA EM DIA	22	48	26	4	0	100
PROFESSOR DISPONÍVEL PARA DÚVIDAS(VALE INTERNET)	60	17	13	4	6	100*
BIBLIOTECA COM AS REFERÊNCIAS QUE NECESSITO	17,5	39	30,5	13	0	100
INSTALAÇÕES PRONTAS PARA UTILIZAÇÃO	17,5	39	30,5	9	4	100
COMPUTADORES NECESSÁRIOS DISPONÍVEIS (HARDWARE)	13	26	22	22	17	100
APLICATIVOS NECESSÁRIOS DISPONÍVEIS (SOFTWARE)	13	13	17	22	35	100
SENTIDA FALTA DE MONITORES	26	17	35	13	9	100
PLANO DE CURSO INTEGRALMENTE CUMPRIDO	61	39	0	0	0	100
CONTEÚDO INTEGRALMENTE ASSIMILADO PELA TURMA	22	61	13	4	0	100*
MEU COMPARECIMENTO ÀS ATIVIDADES EXTRACLASSE	26	23	17	17	17	100

Quadro 1 – Nível de percepção do corpo docente (professores)

Formulário de avaliação da disciplina pelo aluno

UFF/LATEC FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA PELO ALUNO

Curso: _____ Professor: _____
Disciplina: _____ Período: _____

Prezado Aluno: Contamos com a sua colaboração pois suas informações nos ajudarão a identificar os pontos fracos e nos permitirão tomar as medidas cabíveis para tentar melhorá-los.

1. Nossas metas para o aprendizado:	Sempre Sim	Quase sempre	Às vezes	Nunca Não
Aluno (você) presente e atento às aulas				
Aluno com a matéria em dia				
Aulas contribuindo para o aprendizado				
Professor pontual				
Professor assíduo				
Professor disponível para dúvidas				
Biblioteca com as referências que necessito				
Instalações prontas para utilização				
Hardware e Software necessários disponíveis				
Atendimento Satisfatório da Administração				
Atendimento Satisfatório da Coordenação Curso				
Programa integralmente cumprido				
Conteúdo integralmente assimilado				

2. Avaliação objetiva da disciplina:	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
Me considero um aluno					
Conhecimento do professor é					
Didática do professor é					
Instalações/laboratórios são					
Material Didático/Bibliografia é					
Conteúdo da disciplina é					
Seqüência dos tópicos na disciplina é					
Minha expectativa ao iniciar era					
Minha avaliação geral ao terminar é					

4. Comentários, Críticas e Sugestões (utilize o verso, se necessário):

FONTE: UNILASALLE – Plano de Auto-avaliação / 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UNIDADE DE MACAÉ - CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS						
QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR - NÍVEL DE PERCEPÇÃO DO CORPO DISCENTE (ALUNOS)						
CRITÉRIOS (%)	SEMPRE SIM	QUASE SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA / NÃO	NÃO RESPONDERAM	
INDICADORES						
ALUNO PRESENTE E ATENTO ÀS AULAS	43	48	8	0,3	0,7	100
ALUNOS COM A MATÉRIA EM DIA	46	42	10	1,5	0,5	100
AULAS CONTRIBUINDO PARA O APRENDIZADO	58	30	9	1,5	1,5	100
PROFESSOR PONTUAL	76	19	4	0,25	0,75	100
PROFESSOR ASSÍDUO	79	19	1,5	0	0,5	100*
PROFESSOR DISPONÍVEL PARA DÚVIDAS	78	16	3	2	1	100
BIBLIOTECA COM AS REFERÊNCIAS QUE NECESSITO	13	37	43	5	2	100
INSTALAÇÕES PRONTAS PARA UTILIZAÇÃO	4	16	45	32	3	100
EQUIPAMENTOS E APLICATIVOS DISPONÍVEIS (INFORMÁTICA)	3	4	16	72	5	100
ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	37	41	17	1	4	100
ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DA COORDENAÇÃO DE CURSO	33	41	20	2	4	100
PROGRAMA INTEGRALMENTE CUMPRIDO	56	35	5	0,5	3,5	100*
CONTEÚDO COMPLETAMENTE ASSIMILADO	35	49	12	1	3	100

Quadro 2 – Nível de Percepção do corpo discente (alunos)

Roteiro para entrevistas

Roteiro para entrevistas junto a dirigentes da UFF e da FUNEMAC (passados e atuais) visando conhecer a opinião dos mesmos sobre o Programa de Interiorização em Macaé.

QUALIDADE NAS CONDIÇÕES DE ENSINO NO PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: Um estudo exploratório com base na avaliação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis em Macaé-RJ

Expresse de uma maneira geral sua avaliação crítica sobre o Programa UFF em Macaé, considerando os seguintes pontos: (opine em relação a cada item)

- 1. sua contribuição na formação de pessoal de nível superior com bom nível de qualificação profissional**
- 2. sua participação na discussão dos principais problemas do município e de seu entorno**
- 3. sua integração no cotidiano econômico e social da região do litoral leste**
- 4. as condições estabelecidas pelo convênio, com destaque para as atribuições do município (fornecimento da infra-estrutura; concessão de bolsa para os docentes que se deslocavam, para Macaé), e a contribuição da UFF, por intermédio do apoio didático-pedagógico.**
- 5. Seus pontos fortes e pontos fracos**
- 6. a continuidade do convênio e sugestões sobre um novo termo**

FONTE: Elaborada pelo autor.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – INTERIORIZAÇÃO

UNIDADE	STATUS	CURSOS	VÍNCULO DEPARTAMENTAL
VOLTA REDONDA	Autonomia	Engenharia Administração Agronegócios	_____
CAMPOS	Autonomia	Serviço Social	_____
PÁDUA	Autonomia	Licenciatura em Matemática	_____
BOM JESUS DE ITABOANA	Autonomia	Agrotécnico Serviço Social	_____
RIO DAS OSTRAS	Autonomia	Psicologia Engenharia de Produção Produção Cultural Outros	_____
PINHEIRAL	Autonomia	Agrotécnico	_____
MACAÉ	Sem Autonomia	Administração Ciências Contábeis	Administração Contabilidade
ITAPERUNA	Sem Autonomia	Administração	Administração
MIRACEMA	Sem Autonomia	Ciências Contábeis	Contabilidade
CABO FRIO	Sem Autonomia	Ciências Contábeis	Contabilidade
ANGRA DOS REIS	Sem Autonomia	Pedagogia	Educação
QUISSAMÃ	Sem Autonomia	Turismo	Turismo

FONTE: UFF / 2006.

ANEXOS

Projeto Macaé

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRACAO

COMISSAO DE INTERIORIZACAO

PROJETO

MACAÉ

JUSTIFICATIVA

A demanda das comunidades, situadas fora do Grande Rio, por cursos de Administração, Contabilidade e Economia, expressa pelas Autoridades Municipais que procuram a ESA;

O preceito constitucional (* Art. 60 das Leis Transitorias), o que aguçou a expectativa daquelas comunidades;

A vocação da UFF para atender a comunidade não só do Grande Rio mas também do interior;

Os compromissos das Universidades em expandir o número de vagas;

O compromisso da UFF de se interiorizar, quando da assinatura dos convênios para a construção dos campus universitários e ainda;

A vontade política dos professores da ESA de fazer com que a UFF se projete para além de seu locus urbano, para atender à comunidade maior;

Oferecemos ao Magnífico Reitor um projeto para implantação de mais uma turma do curso de Administração e Ciências Contábeis, em Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

* Art. 60 das Disposições Transitórias

Nos 10 primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com aplicação de pelo menos 50% dos recursos a que se refere o Art. 212 da Constituição para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

À único. Em igual prazo, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior a cidades de maior densidade populacional.

OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO

O curso proposto neste documento é o mesmo desenvolvido em Niterói, devidamente aprovado nas instâncias diversas.

A diferença básica situa-se nas disciplinas optativas, em que se oferece um leque de alternativas correlatas com as vocações das regiões.

O custo de implementação do projeto, a grade curricular, a periodização e recursos necessários encontram-se detalhados nas páginas seguintes, que mostram como se dá e como a participação dos municípios é necessária e importante.

CONDICÕES PARA A IMPLANTAÇÃO

1. RECURSOS NECESSÁRIOS

1.1. RECURSOS HUMANOS

1.1.1. PROFESSORES

A) Os professores envolvidos no curso serão da UFF, podendo, dentro da necessidade haver contratação de professores pela Prefeitura, mediante seleção feita pelo Departamento de Contabilidade(SCT) e/ou Administração(SAD) da UFF e outros departamentos envolvidos no referido curso.

B) Serão necessários 5(cinco) professores em regime de 20 horas semanais, para cada período, nas disciplinas do 1º e 2º semestres.

Dois(2) professores, também de 20 horas semanais, para a Coordenação do curso e chefia de Departamento para a integração com a comunidade.

A cada semestre o quantitativo de docentes será acrescido de no mínimo 4(Quatro).

C) São obrigações da Prefeitura de Macaé:

-Arcar com a totalidade da folha de pagamento dos professores contratados exclusivamente para o curso em questão.

-Conceder e pagar aos professores da UFF bolsa de incentivo, despesas de transporte, alimentação e estada nos dias das respectivas aulas, nos dias de assistência da Coordenação do Curso e do Departamento.

D) As bolsas de incentivo terão seus valores fixados em termo próprio e serão devidos aos docentes da UFF designados para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A base de cálculo para a fixação do salário dos Professores contratados será o valor da bolsa acima.

OBS- Os pagamentos serão efetuados até o 5º dia após o mês vencido.

1.1.2. PESSOAL ADMINISTRATIVO

A) SECRETÁRIO: do quadro da UFF. Cabe a Prefeitura providenciar alojamento e ao pagamento de Bolsa de incentivo, que terão seus valores fixados em termo próprio e serão devidos aos funcionários designados para desenvolver suas atividades.

OBS- Os pagamentos serão efetuados até o 5º dia após o mês vencido.

B) BIBLIOTECÁRIO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO E SERVENTE: do quadro da Prefeitura.

2. RECURSOS MATERIAIS

LISTAGEM MATERIAIS PERMANENTE

2. RECURSOS MATERIAIS

2.1. EQUIPAMENTOS (fornecidos pela Prefeitura)

. retroprojektor 3M	2(dois)
. microcomputador AT 386	2(dois)
. tv em cores 20" com rack	2(dois)
. máquina de datilografia	2(dois)
. tela de projecção	2(dois)
. impressora matricial	6(seis)
. malote com chaves	1(um)
. bibliografia básica (lista anexa)	
. videocassete vhs	2(dois)
. FAX com linha telefonica	1(um)

OBS.: Terão que ser adquiridos com os microcomputadores 8(oito) terminais, um modem e placa para interligação de um micro ao NPD.

2.2. MOBILIÁRIO

. bureau com gavetas	4(quatro)
. cadeiras estofadas	12(doze)
. mesa de reunião com 8 lugares	1(uma)
. armário de aco/madeira c/2 portas	3(três)
. arquivo de aco c/ 3 gavetas	4(quatro)
. sofá c/ 3 assentos	1(um)

OBS.: os equipamentos das áreas de ...

MATERIAL
DISCIPLINA

2. RECURSOS MATERIAIS

2.1. EQUIPAMENTOS (fornecidos pela Prefeitura)

. retroprojektor 3M	2(dois)
. microcomputador AT 386	2(dois)
. tv em cores 20" com rack	2(dois)
. máquina de datilografia	2(dois)
. tela de projeção	2(dois)
. impressora matricial	6(seis)
. malote com chaves	1(um)
. bibliografia básica (lista anexa)	
. videocassete vhs	2(dois)
. FAX com linha telefonica	1(um)

OBS.: Terão que ser adquiridos com os microcomputadores 8(oito) terminais, um modem e placa para interligação de um micro ao NPD.

2.2. MOBILIÁRIO

. bureau com gavetas	4(quatro)
. cadeiras estofadas	12(doze)
. mesa de reunião com 8 lugares	1(uma)
. armário de aço/madeira c/2 portas	3(três)
. arquivo de aço c/ 3 gavetas	4(quatro)
. sofá c/ 3 assentos	1(um)

OBS: os equipamentos dos itens 2.1. e 2.2. são os mínimos necessários para a instalação do 1º semestre. Com o desenrolar do curso, outros itens irão torna-se necessários.

O mobiliário de sala de aula não foi listado por tratar-se de componente essencial.

2.3. MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS

2.3.1. MATERIAL DE EXPEDIENTE: por conta da UFF.

2.3.2. OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO: por conta da Prefeitura.

2.3.3. OUTROS SERVIÇOS: Por conta da Prefeitura

3. ESPAÇO FÍSICO (por conta da Prefeitura)

- . 2(duas) salas de aula, mais duas no mínimo a cada semestre
- . 1(uma) sala para coordenação/direção
- . 1(uma) sala para secretaria
- . 1(uma) sala para a biblioteca
- . alojamento para o secretário, ^{AD}
- . 1(uma) sala de Professores

4. DO FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

4.1.1. CLIENTELA

Até 40(quarenta) vagas/semestre, por curso, para alunos selecionados por vestibular pela UFF.

No primeiro semestre o vestibular será realizado isoladamente, em caráter experimental para este curso. Nos anos subsequentes, será junto com o vestibular geral da UFF.

4.1.2. TURNO/HORÁRIO

Noturno no horário de 18:00 Hs às 22:00 Hs

OBS.: Caso seja necessário haverá aulas aos sábados no horário de 08:00 Hs às 12:00 Hs.

4.1.3. LOCAL

Colégio ----- - Centro - Macaé.

5. APOIO DA COMUNIDADE

A Prefeitura local criara uma Fundação com o objetivo de apoiar as ações de ensino, pesquisa e extensão da UFF, e ainda manter junto a Prefeitura uma estrutura de coordenação de ensino de 3º grau.

6. DADOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

6.1. CRIAÇÃO DO CURSO

O Curso de Ciências Contábeis iniciado em 1985, esta hoje regulamentado pela Resolução Nº 33/84 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF. O Currículo Pleno em vigor foi estruturado com base nos pareceres Nº 397/62 SESU/MEC, e serão integralizado em tempo útil de 3120 horas, 198 créditos.

6.2. PERFIL PROFISSIONAL

A UFF pretende formar o Contador com formação profissional voltada para um modelo conceitual, orientada em função da sociedade e para as demandas do mercado de trabalho.

O Contador da UFF terá uma visão multidisciplinar dos fenomenos da Contabilidade, terá dominio da ciência, técnicas e instrumentos do campo profissional e ainda consciência da realidade nacional e regional.

A orientação pedagógica será voltada para o desenvolvimento de aptidões para criar, liderar, tomar decisões, promover mudanças, negociar, criticar, refletir, analisar, formular pesquisas, comunicar, com condições para planejar, organizar, dirigir e controlar.

6.3.OBJETIVOS

Formar profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho, da comunidade geral, em seu sentido mais abrangente, voltados ao conhecimento e aplicação das tecnologias de contabilidade, que conheçam e saibam aplicar, de forma coerente, os conceitos e técnicas contábeis, e que reúnam como propor as modificações que se fizerem necessárias, e portanto, um profissional habilitado também para funções gerenciais.

7. DADOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

7.1.CRIAÇÃO DO CURSO

O Curso de Administração iniciado em 1971, esta hoje regulamentado pela Resolução Nº 64/70 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF. Alterado pela resolução nº 32/83 do mesmo conselho. O Currículo Pleno em vigor foi estruturado com base nos pareceres Nº 307/66 e 104/68 SESU/MEC, e serão integralizado em tempo útil de 3345 horas, 195 créditos.

7.2.PERFIL PROFISSIONAL

A UFF pretende formar o Administrador com formação profissional voltada para um modelo conceitual, orientada em função da sociedade e para as demandas do mercado de trabalho.

O Administrador da UFF terá uma visão multidisciplinar dos fenômenos Administrativos, terá domínio da ciência, técnicas e instrumentos do campo profissional e ainda consciência da realidade nacional e regional.

A orientação pedagógica será voltada para o desenvolvimento de aptidões para criar, liderar, tomar decisões, promover mudanças, negociar, criticar, refletir, analisar, formular pesquisas, comunicar, com condições para planejar, organizar, dirigir e controlar.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO										
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PROJETO INTERIORIZAÇÃO										
Período de Carga	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2º	Introd. à Adm./Hist. Pens. Adm.	Inst. Dir. Publ.	O & H	Sociol. Aplic.	Fundam. Micro	Finanças de Empresas	Pesquisa Operac.	Controle de Gestão	Ética da Adm.	(TCC) Estágio I
3º	Compl. Matem. I	Met. e Tec. da Pesq.	Contabil.	Contab. Custos	R H I	R H II	Pesquisa de Mercado	Legislação Social	Finanças Govern	TPD I
4º	Estatística I	Matem. II	Mat. Fin. e Comercial	TCA	Docum. e Arg.	Finanças Produção	Controle da Produção	Finanças Públicas	OPTATIVO	Comércio Exterior, Produção e Consumo
5º	Introd. à Sociol.	Introd. à Economia IV	Fundam. de Micro	Contab. Aplic.	Process. Dados	Estágio I	Estágio II	Estágio III	Estágio IV	ELENTIVA
6º	Psicologia I	Estatíst. II	Inst. Dir. Privado	Direito Adm.	Análise Balanceo	Legislação Tributária	Adm. Material	Economia Brasileira IV	Análise de Sist. SIC	OPTATIVA
3ºB								Prática Desportiva I	Prática Desportiva II	

Total Carga Horária: 3210

Re Créditos: 180

7.3.OBJETIVOS

Formar profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho, da comunidade geral, em seu sentido mais abrangente:

-Voltados ao conhecimento e aplicação das tecnologias de Administração das Organizações;

-Que conheçam e saibam aplicar, de forma coerente, modelos conceituais referentes às organizações e processos administrativos;

-Que reúnam condições para analisar e avaliar a realidade regional, bem como propor as modificações que se fizerem necessárias.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO										
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PROJETO INVENTORIZAÇÃO										
Período dos Semestres	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2º	Introd. à Adm./Hist. Pens. Adm.	Inst. Dir. Publ.	O & H	Sociol. Aplic.	Fundam. Micro	Finanças de Empresas	Pesquisa Operac.	Controle de Gestão	Ética da Adm.	(TCC) Estágio I
3º	Compl. Matem. I	Met. e Tec. da Pesq.	Contabil.	Contab. Custos	R H I	R H II	Pesquisa de Mercado	Legislação Social	Planej. Govern	ETS I
4º	Estatística I	Matem. II	Mat. Fin. e Comercial	TCA	Docum. e Arq.	Planej. Produção	Controle da Produção	Finanças Públicas	OPTATIVA	Comercio Exterior, Produção, Marketing
5º	Introd. à Sociol.	Introd. à Economia IV	Fundam. de Micro	Sociol. Aplic.	Process. Dados	Estágio I	Estágio II	Estágio III	Estágio IV	ELETTIVA
6º	Psicologia I	Estatíst. II	Inst. Dir. Privado	Direito Adm.	Análise Balanços	Legislação Tributária	Adm. Material	Economia Brasileira IV	Análise de Sist. SIG	OPTATIVA
3-3								Prática Desportiva I	Prática Desportiva II	

Total Carga Horária: 2910

Nº Créditos: 180

Bibliografia das Disciplinas de

Curso de Ciências Contábeis

- Introdução à Contabilidade - Nelson Gouveia - Contabilidade Básica, Ed. McGraw
Contabilidade Introdutória-Sergio Iudicibus - Hill.
- Editora Atlas.
- Contabilidade Básica - Nelson Gouveia - Contabilidade Básica. Ed. Mc Graw Hill.
- Contabilidade Financeira - Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins e Ernesto Rubens
Manual de Cont. das Sociedades por Ações - Ed. Atlas.
- Nelson Gouveia - Contabilidade-Lei 6.404, de 15/12/76,
Ed. Mc Graw Hill.
- Demonstrações Financeiras - Hugo Braga Rocha - Demonstrações Financeiras - Estru-
tura e Análise e Interpretação - Ed. Atlas.
- Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins - Manual de Con-
tabilidade das Sociedades por Ações -Ed. FIECAPI.
- Sérgio de Iudicibus - Contabilidade Comercial. Ed.
Atlas.
- José Carlos Marion - Contabilidade Empresarial. Ed.
Atlas.
- Eliseu Martins - Administração Financeira.
- Alexandre Assaf Neto - As finanças das empresas sob
Condições Inflacionárias, Ed. Atlas.
- Mét. Quantitativos Aplicados - Wilian J. Stevenson - Estatística Aplicada à Ad-
ministração - Harper & Now do Brasil
- Granger O.W.J. - Forecasting In Business and
Economics - Ed. Academic Press.
- James E. Shamblim, G.T. Stevens Jr. - Pesquisa
Operacional: Uma abordagem Básica.
- Contabilidade Industrial - Eliseu Martins - Contabilidade de Custos. Ed. Atlas.
- Charles E. Horngren - Cont. de Custos - Um enfoque Ad-
ministrativo. Ed. Atlas.
- James A. C. e Ralph S. Polimeni - Curso de Contabili-
dade de Custos - 2 volumes - Ed. McGrawHill.

- 2
4
- Estágio Supervisionado I -
 - Fundamentos de Auditoria - Marcelo Calvalcante Almeida - Auditoria-Vol. 1 e 2 Ed. Saraiva.
 - Hilário Franco - Auditoria Contábil - Ed. Atlas.
 - Wilian Attie - Auditoria - Conceitos e Aplicações- Ed. Atlas.
 - + Anderson Skinner - Auditoria Analítica - Livro Técnico e Científico Ed. S/A
 - A. Lopes de Sá - Curso de Auditoria - Vol 1 e 2 - Ed. Atlas.
 - Legislação Aplicada - Lei 5404/76
 - Resolução nº 321/72 C.F.C.
 - Res. 220/72 B.C.B.
 - Res. 530/81 C.F.C.
 - Gerência Financeira Pública - Fernando Rezende - Finanças Públicas -Ed. Atlas.
 - Naimar M. Ramos - Planejamento e Política Financeira do Governo - Ministério da Fazenda (Escola de Administração Fazendária.) Centro de Pesquisa.
 - Estágio Supervisionado II -

- OBSERVAÇÃO: Deverão ser adquiridos pelo menos 3 exemplares de cada título.

- Contabilidade Previdenciária - Adriano Companhia e Hilton Lobo - Consolidação das Leis da Previdência Social. Ed. Atlas.
- Walter de Souza - Manual dos Contribuintes. Ed. Coluna Ltda.
- Manual de Instruções para preenchimento do DARP, MPAS/IAPAS.
- Manual de inst. para contribuintes individuais IAPAS.
- Manual Elementar de Direito Previdenciário.
- Plano de Contas das Entidades de Previdência Privada. IRB.
- Análise de Balanços - Milton Augusto Walter - Introdução à Análise de Balanço Ed. Saraiva.
- Sérgio de Indicibus - Análise de Balanços. Ed. Atlas.
- Milton Augusto Walter e Hugo R. Braga - Demonstrações Financeiras - Um enfoque Gerencial. Ed. Saraiva.
- Arnaldo Carlos Rezende Reis - Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras. Ed. Saraiva.
- Alexandre Assaf Neto - Estrutura e Análise de Balanços - Um Enfoque Econômico-Financeiro. Ed. Atlas.
- Americo M. Florentino - Análise Contábil. Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Baruch Lev - Financial Statement Analysis: A New Approach. Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, New Jersey.
- Técnicas de Controles Contábeis - Não tem.
- Gerência de Controladoria - Horgren - Introdução à Contabilidade Gerencial. PHE
- Horgren - Cont. de Custos - Um Enfoque Administrativo - Ed. Atlas.
- Gitton - Princípios de Administração Financeira - Ed. Borba.
- Roffafort - Informative Decision Making - Prentice Hall.

- Contabilidade de Seguros - Américo Mateus Florentino - Análise de Balanço para Companhias de Seguros.
 - Publicação nº 80 do IRB - Legislação Brasileira de Seguros.
 - Plano de Contas para uso das Soc. Seg.- Publicação nº 91 IRB.
 - J.J. Souza Mendes - Bases Técnicas do Seguro.
-
- Contabilidade Agrária - Francisco Valle - Manual de Contabilidade-Ed. Atlas.
 - Valdemar Prereira Lus - Manual Prático - Administração e Legislação Rural, Ed. Sagra S/A.
 - Armando Aice e Francisco Valle - Contabilidade Agrícola-Ed. Atlas.
 - VIÇOSA-Universidade Rural- Escrituração da Empresa Rural-Oficina Gráfica da U.F.V.
- Contabilidade Pública - Helio Kohama - Contabilidade Pública - Ed. Atlas.
 - Lei nº4320, de 17 de março de 64 - Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados e Municípios.
 - Decreto 64.175 de 6/3369. Plano Contábil para Órgãos e Administração Direta e Indireta.
 - Decreto 2300/86 com modificações introduzidas pelo nº 2348/87. Licitações para compras, obras e serviços - Modalidades e Limite de Valores.

= 3

- Gerencia Financeira de Empresa - A.Z. Sanvicente - Administração Financeira.
- L.J. Cituran - Princípios de Administração Financeira.
- Eliseu Martins, Assaf Neto - Administração Financeira.

- Contabilidade Tributária- Aliomar Baleeiro - Direito Tributário Brasileiro - Ed. Forense.
- Milton Augusto Valter - Introdução à Contabilidade-Ed. Saraiva.
 - MAJUR - Manual de Orientação Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Edições Anuais da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda.
 - Código Tributário Nacional - Lei 5172 de 25/10/66 com legislação posterior.

- 2
- Contabilidade Mercantil - Sérgio de Iudícibus e José Carlos Marion - Contabilidade Comercial.
- Contabilidade Analítica - Charles T. Horngren - Introdução à Contabilidade Gerencial. Ed. Prentice - Hall do Brasil.
 - Orçamento Empresarial - Planejamento e Controle de Lucro - Glenn A. Welsch - Ed. Atlas.
 - Sérgio de Iudícibus - Contabilidade Gerencial. Ed. Atlas.
 - Contabilidade das Instituições Financeiras
 - Proc. Contábil II -
 - Gerencia de Orçamento - Glenn Welsh - Orçamento Empresarial. Ed. Atlas.
 - Horngren - Int. à Cont. Gerencial. Ed. PHE.
 - Et Alil Matz - Cont. de Custos - Ed. EASA.
 - Philip Kotler - Administração de Marketing - Ed. EASA.
 - H. Igor Ansoff - Estratégia Empresarial - McGrawHill.
 - Michael Porter - Estratégia Competitiva - Ed. Campus.
 - Elwood Duffa - Adm. da Produção - Livro Técnico.

9.2. Administração

Administração: teoria, processo e prática
Chiavenato, Idalberto
Ed. MAC GRAW HILL - SP - (6 VOLUMES)

Administração : conceitos e aplicações
Megginson, Leon C. e outros
Ed. HARPER & ROW DO BRASIL LTDA (1 VOLUME)

Introdução Geral a Administração-Administração ontem e hoje
Baccaro, Archimedes
Ed. VOZES LTDA. (4 VOLUMES)

Iniciação à Administração : preceitos básicos
Socalschi, Brasílio e outros.
Ed. PAPELIVROS-SP (1 VOLUME)

Introdução à Administração
Maximiano, Antonio Cesar Amaru
Ed. ATLAS - SP (1 VOLUME)

Introdução à Administração
Faria, Albino Nogueira de
Ed. LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS -RJ (2 VOLUMES)

Administração de Projetos: gerência e implantação
Boiteux, Colbert Demaria
LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA-RJ (1 VOLUME)

Introdução à Administração
Kwasnicka, Eunice Lacava
EDITORA ATLAS-SP(1 VOLUME)

Panorama Geral da Administração
Guida, Frederico Antonio
EDITORA CAMPUS LTDA - RJ(1 VOLUME)

Teoria e Técnicas de Administração
Pepel, Vicente L. e outros
EDITORA VOZES-RJ (1 VOLUME)

Antropologia Cultural
 Helle, Luiz Gonzaga
 EDITORA VOZES-RJ (1 VOLUME)

História da Antropologia
 Mercier, Paul
 EDITORA FUNDO DE CULTURA-RJ (1 VOLUME)

Antropologia Cultural (a ciência dos costumes)
 Keesing, Felix
 EDITORA FUNDO DE CULTURA-RJ (1 VOLUME)

Sociologia Geral
 Lakatos, Eva Maria
 EDITORA ATLAS-SP (1 VOLUME)

Dicionário de Ciências Sociais
 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-RJ (1 VOLUME)

Teoria Geral de Administração
 Chiavenato, Idalberto
 EDITORA MAC GRAW HILL (4 VOLUMES)

Introdução à Administração
 Jucius, Michael e Schlender, W
 EDITORA ATLAS- SP (1 VOLUME)

Ciência do Comportamento na Administração
 Kolasa, Blair JR.
 LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS - RJ (1 VOLUME)

Sociologia Geral
 Rlenhard, Rudxel
 EDITORA PIONEIRA - SP (1 VOLUME)

Princípios de Administração Científica
 Taylor, Frederick Winslow
 EDITORA ATLAS - SP (4 VOLUMES)

Teoria das Organizações
 March, J. G. & SIMON, H. A.
 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - RJ (1 VOLUME)

Teoria Geral da Administração (uma introdução)
 Motta, Fernando Prestes
 EDITORA PIONEIRA-SP (1 VOLUME)

As grandes correntes do pensamento contemporâneo
 Richard, Michel
 MORAES EDITORES- LISBOA (1 VOLUME)

Taylor e Fayol
Silva, Benedito
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS- RJ (1 VOLUME)

Administração
Stoner, James A.F.
PRENTICE HALL DO BRASIL EDITORA - RJ (1 VOLUME)

O comportamento humano na empresa: uma antologia
Balcão, Yolanda F. e Cordeiro, Laerte L.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS- RJ (1 VOLUME)

As funções do executivo
Barnard, Chester
EDITORA ATLAS - SP (1 VOLUME)

Organizações modernas
Etzioni, Amitai
EDITORA PIONEIRA- SP (1 VOLUME)

Teoria geral das organizações os fundamentos da
administração integrada
Bernardes, Cyro
EDITORA ATLAS-SP (1 VOLUME)

Administração : conceitos e aplicações
Meggison, Seon C.
EDITORA HARBRA - SP (1 VOLUME)

Matemática para os cursos de economia , administração e
ciências contábeis.
Sebastião, Medeiros da
EDITORA ATLAS - SP (1 VOLUME)

Administração em tempos turbulentos
Drucker, P.F.
EDITORA PIONEIRA- (1 VOLUME)

Inovação e espírito empreendedor
Drucker, P.F.
EDITORA PIONEIRA -(1 VOLUME)

Virando a própria mesa
Semler, Ricardo
EDITORA BEST SELLER - (1 VOLUME)

Delegar : um passo importante
Nelson, Robert B.
EDITORA MAC GRAW HILL - (1 VOLUME)

O desafio da competência
Boog, Gustavo G.

7

EDITORA BEST SELLER (1 VOLUME)

Metodologia Científica
Cervo, Amado Luiz e Bervian, Pedro Alcino
EDITORA MAC GRAW HILL - (1 VOLUME)

Fazer uma universidade-uma proposta metodológica
Luckesi, Cipriano et alii
EDITORA CORTEZ - SP (1 VOLUME)

Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos
Ruiz, Joao Alvaro
EDITORA ATLAS - SP (1 VOLUME)

Como fazer uma monografia -
Salomon, Decio Vieira
LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA - (1 VOLUME)

TERMO ADITIVO Nº 01/92

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, VISANDO A EXTENSÃO DOS CURSOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MACAÉ.

Pelo presente instrumento contratual a Universidade Federal Fluminense, doravante denominada simplesmente UFF, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, José Raymundo Martins Romão, e a Prefeitura Municipal de Macaé, doravante denominada simplesmente PMM, neste ato representada pelo seu Prefeito Dr. Silvio Lopes resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO ao CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, celebrado em 01 de maio de 1992, referendado pelo Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense e autorizado pela Câmara Municipal de Macaé, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem por objetivo a extensão dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis e Administração em funcionamento na sede da Universidade Federal Fluminense para o Município de Macaé. Assim como, das atividades de Extensão e Pesquisa Universitárias.

1º-O referido Curso obedecerá a legislação e as normas técnicas aplicáveis à espécie, em especial as oriundas dos Conselhos Superiores da UFF.

2º-O Curso referido no Caput do presente artigo será ministrado, de forma permanente, por docentes da UFF.

3º-São partes integrantes do presente instrumento, independente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Resolução Nº xxx/xx, do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF;
- b) Decisão Nº xxx/xx, do Conselho do Centro de Estudos Sociais Aplicados, além dos respectivos Pareceres;

c) Os documentos constantes dos Processos Nº
XXXXX.XXXXXX/XX-XX;

d) Lei Municipal Nº xxxx/xx de xx/xx/xx e o seu anexo
xx, que aprova o Orçamento do Município de Macaé,
para exercício financeiro de 1992; e

e) Acordos complementares e instruções a serem
alvitrados pelas Altas Partes Convenentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O presente TERMO ADITIVO terá
duração de 5(cinco) anos, podendo ser renovado, por iguais
períodos sucessivamente, mediante acordo entre as Partes
Convenentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA UFF

A UFF se compromete a:

- a) Implementar todas as atividades acadêmicas inerentes
a efetivação do objeto do presente instrumento;
- b) Prover de docentes e pessoal técnico-administrativo
necessários à execução do presente TERMO ADITIVO;
- c) Executar seleção do corpo discente de acordo com a
legislação e normas técnicas aplicáveis à espécie; e
- d) Realizar exame vestibular visando a implantação do 1º
período do curso no 2º semestre de 1992, desde que
asseguradas as condições indispensáveis.

PARAGRAFO PRIMEIRO

A UFF, para suprir necessidades surgidas, através dos
departamentos envolvidos em cada curso, fará a seleção de
professores para atuarem sob a orientação pedagógica da mesma, no
entanto, sem vínculo empregatício com a citada entidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os custos decorrentes da aplicação do exposto no parágrafo anterior, ficarão a cargo da PMM.

CLÁUSULA QUARTA -- DAS OBRIGAÇÕES DA PMM

A PMM se compromete a:

- a) Fornecer às suas expensas, todas as instalações, equipamentos, material de suporte e pessoal necessários à execução do presente TERMO ADITIVO;
- b) Conceder Bolsa de Incentivo às atividades docentes e técnico-científicas ao corpo docente e demais servidores da UFF, destinadas ao desenvolvimento das atividades do convênio, assim como a alimentação, estada e o transporte de todo o pessoal envolvido da Sede da UFF ao "Campus Avançado" de Macaé;
- c) Alocar dotação orçamentária necessária à consecução do presente TERMO ADITIVO;
- d) Garantir financeira e materialmente as condições para a realização de Concursos Vestibulares relacionados ao presente instrumento; e
- e) Executar as ações decorrentes do presente TERMO ADITIVO diretamente, ou através de órgão de administração direta ou indireta para isso especialmente designado;

§ 1º - As "Bolsas de Incentivos às atividades docentes e técnico-científicas" terão os seus valores fixados em termo próprio e serão devidas a todo o pessoal da UFF designado para desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa ou Extensão, decorrentes do presente convênio.

§ 2º - Efetuar, diretamente, o pagamento das referidas "BOLSAS" aos professores e Servidores da UFF até o 5º (quinto) dia de cada mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Com a finalidade de garantir as condições necessárias para viabilizar a execução do objeto do presente instrumento, a PMM destinará os Programas de Trabalho Nº XXXX.XXXXXXX.XXX, XXXX.XXXXXXXX.XXX e XXXX.XXXXXXXX.XXX, do seu orçamento anual.

CLÁUSULA SEXTA - DO CORPO DISCENTE

O ingresso de discente nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis e Administração, para as vagas destinadas ao Município de Macaé, será consoante com as normas estabelecidas pelos Conselhos Superiores da UFF.

Parágrafo Único - As partes garantem, desde já, aos ocupantes das vagas referidas no Caput desta Cláusula, o direito de conclusão do Curso a que foi admitido, no Município de Macaé, desde que, rigorosamente atendidos os parâmetros de aproveitamento e de frequência e observados os requisitos legais e regulamentares.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

Independentemente do prazo estipulado na Cláusula Segunda do presente TERMO ADITIVO, as partes poderão denunciá-la a qualquer tempo, caso haja descumprimento das obrigações pactuadas.

Parágrafo Único - Ocorrendo a denúncia do presente TERMO ADITIVO, as partes se responsabilizarão pelas obrigações decorrentes do mesmo, perante a terceiros, inclusive aos estudantes ingressos no Curso referido, mantendo-se as turmas existentes nos semestres letivos subsequentes, até a sua colação de grau, respeitadas as demais cláusulas do Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Os signatários, no prazo de vinte dias, contados da assinatura do presente TERMO ADITIVO providenciarão a publicação do mesmo em extrato, no Boletim de Serviço da UFF e no Diário Oficial do Município de Macaé.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói para dirimir eventuais questões oriundas da execução deste TERMO ADITIVO, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes.

E assim, por estarem de comum acordo e ajustado depois de lido e achado conforme, o presente TERMO ADITIVO vai, a seguir assinado pelos representantes das partes, dele se extraindo cópias necessárias, de igual teor e forma, para publicação e execução.

Niterói, de de 1992.

JOSÉ RAIMUNDO MARTINS ROMÃO
Reitor da Univ. Fed. Fluminense

SILVIO LOPES
Prefeito Municipal Macaé

TESTEMUNHAS: _____

Contrato do convenio UFF e Prefeitura de Macaé

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL
DE MACAÉ E A UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE, PARA AÇÕES
CONJUNTAS EM FAVOR DA CIDADE
DE MACAÉ E SUA POPULAÇÃO.

Aos 23 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e dois, na cidade de Niterói, RJ, de um lado a Prefeitura de Macaé, doravante denominada PREFEITURA e do outro a Universidade Federal Fluminense denominada a seguir de UNIVERSIDADE, a primeira através do Prefeito Municipal Dr. SYLVÍO LOPES TEIXEIRA, devidamente autorizado pela colenda Câmara Municipal e a segunda através do Magnífico Reitor Professor JOSÉ RAYMUNDO MARTINS ROMÃO, com a aprovação do Egrégio Conselho Universitário, têm justo e contratado o presente convênio de cooperação técnica mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a integração institucional entre a Prefeitura e a Universidade visando programas de atendimento à cidade de Macaé e à sua população.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

O presente convênio será executado através de programas ajustados entre a administração municipal e a administração universitária, através dos Departamentos e/ou setores respectivos, constituindo-se cada conjunto de projetos e atividades, em termo aditivo específico, que se incorporará ao presente convênio como sua parte integrante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente convênio terá vigência por um ano, podendo ser renovado por igual período, sucessivamente, mediante acordo das partes convenientes.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

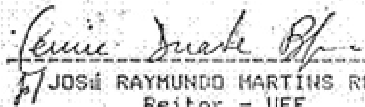
CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido por interesse das partes convenientes, mediante formalização de denúncia, garantindo-se, entretanto, até seu término, cada programa, projeto ou atividade originadores de termo aditivo.

E por estarem de acordo, assinam o presente convênio em 5 (cinco) vias de igual teor.

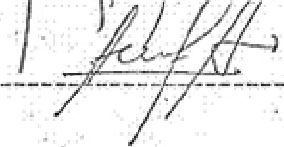


SYLVIO LOPES TEIXEIRA
Prefeito de Macaé

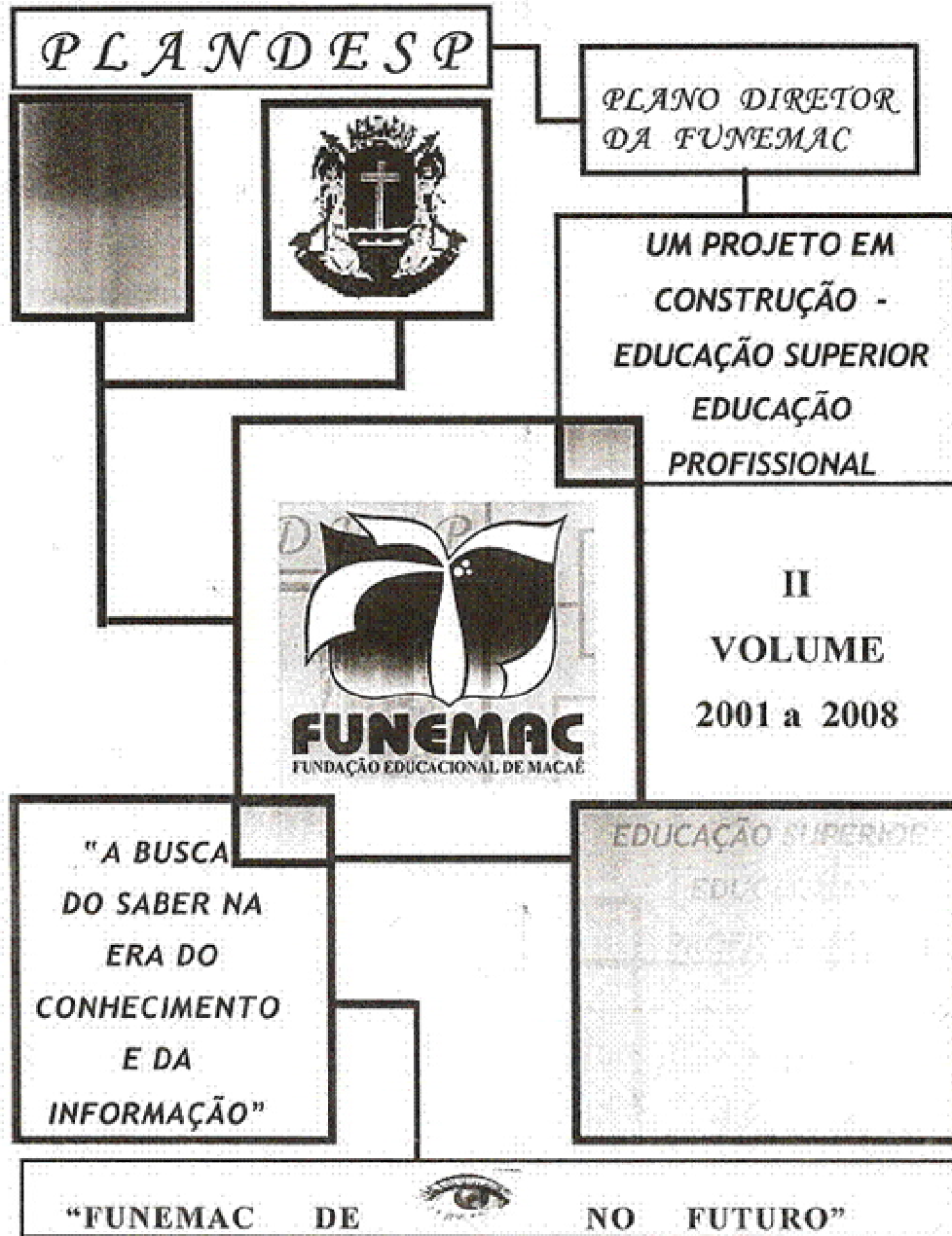


JOSÉ RAYMUNDO MARTINS ROMÃO
Reitor - UFF

TESTEMUNHAS:

Convênio UFF – Prefeitura de Macaé



INSTITUIÇÃO PÚBLICA

Universidade Federal Fluminense – UFF

**Convênio - UFF/PMM
- PMM/FUNEMAC**

Cursos:

Graduação – Administração

Graduação – Ciências Contábeis

Prefeitura Municipal de Macaé
e
Universidade Federal Fluminense

Protocolo de Cooperação Técnica e Assessoria entre a Prefeitura Municipal de Macaé e a Universidade Federal Fluminense, para ações conjuntas em favor deste Município e de sua população.

Data: 22 de abril de 1992

Objeto – O presente protocolo tem por objetivo a integração institucional entre a Prefeitura e a Universidade, visando programas de atendimento ao Município de Macaé e a sua população.

CONVÊNIO UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF**E****PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ - PMM*****Convênio:***

Convênio de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Macaé – PMM e a Universidade Federal Fluminense – UFF, para ações conjuntas em favor da cidade de Macaé e sua população.

Data: 23 de julho de 1992

Objeto:

O presente convênio tem por objetivo a integração institucional entre a Prefeitura e a Universidade visando programas de atendimento à cidade de Macaé e à sua população.

Convênio – Prefeitura Municipal de Macaé e a Universidade Federal Fluminense

Termo Aditivo nº 01/1992 – Termo Aditivo ao Protocolo de Cooperação Técnica e Assessoria que entre si celebram, de um lado a Universidade Federal Fluminense, e de outro lado o município de Macaé, visando implementar os cursos de Ciências Contábeis e Administração.

Data: 23 de julho de 1992

Objetivo – O presente Termo Aditivo tem como objetivo implementar ações para a operacionalização do Curso de Ciências Contábeis e Administração no Município.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Curso de Administração

Objetivo:

Formar profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho, da comunidade geral, em seu sentido mais abrangente:

- voltados ao conhecimento e aplicação das Tecnologias de Administração das Organizações;
- que conheçam e saibam aplicar, de forma coerente, modelos conceituais referentes às organizações e Processos Administrativos;
- que reúnam condições para analisar e avaliar a realidade regional, bem como propor as modificações que se fizerem necessárias.

Curso de Ciências Contábeis

Objetivo:

Formar profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho, da comunidade geral, em seu sentido mais abrangente, voltados ao conhecimento e aplicação das tecnologias de contabilidade, que conheçam e saibam aplicar, de forma coerente, os conceitos e Técnicas Contábeis, e que reúnam como propor as modificações que se fizerem necessárias, e portanto, um profissional habilitado também para funções gerenciais.

Convênio – Prefeitura Municipal de Macaé e a Universidade Federal Fluminense

Termo Aditivo nº 02/1992 – Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Assessoria que entre si celebram, a Universidade Federal Fluminense, e a Prefeitura Municipal de Macaé, visando a extensão dos cursos em Ciências Contábeis e Administração.

Data: 1992

Objetivo – O presente Termo Aditivo tem por objetivo a extensão dos Cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração em funcionamento na sede da Universidade Federal Fluminense para o Município de Macaé, assim como, das atividades de Extensão e Pesquisa Universitária.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)